

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL
***A EVOLUÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA
BRASILEIRA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO A PARTIR DAS REGICs
(IBGE) DE 1993, 2007 E 2018***

RODRIGO MENEGUEL CATO

Orientador: Prof. Fabio B. Contel

SÃO PAULO
2021

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Região Centro-Oeste: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018.....	22
Quadro 2 - Região Nordeste: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018.....	24
Quadro 3 - Região Norte: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018.....	26
Quadro 4 - Região Sudeste: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018.....	29
Quadro 5 - Região Sul: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018.....	32
Quadro 6 - Região Centro-Oeste: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018.....	35
Quadro 7 - Região Nordeste: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018.....	37
Quadro 8 - Região Norte: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018.....	39
Quadro 9 - Região Sudeste: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018.....	42
Quadro 10 - Região Sul: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018.....	44
Quadro 11 - Brasil: mudanças ocorridas entre 1993 e 2018 (Capitais Regionais e Metrópoles).....	47
Quadro 12 - Brasil: mudanças ocorridas entre 1993 e 2018 (Centros Sub-Regionais).....	47

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Evolução das Capitais Regionais na Região Centro-Oeste.....	23
Mapa 2 - Evolução das Capitais Regionais na Região Nordeste.....	25
Mapa 3 - Evolução das Capitais Regionais na Região Norte.....	27
Mapa 4 - Evolução das Capitais Regionais na Região Sudeste.....	30
Mapa 5 - Evolução das Capitais Regionais na Região Sul.....	33
Mapa 6 - Dinâmica dos Centros Sub-Regionais do Centro-Oeste entre 1993 e 2018.....	36
Mapa 7 - Dinâmica dos Centros Sub-Regionais do Nordeste entre 1993 e 2018.....	38
Mapa 8 - Dinâmica dos Centros Sub-Regionais do Norte entre 1993 e 2018.....	40
Mapa 9 - Dinâmica dos Centros Sub-Regionais do Sudeste entre 1993 e 2018.....	43
Mapa 10 - Dinâmica dos Centros Sub-Regionais do Sul entre 1993 e 2018.....	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REDES URBANAS: CONCEITOS E APLICAÇÕES PELA REGIC.....	3
3. ANÁLISE DAS EDIÇÕES DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC) – 1993, 2007 e 2018.....	8
3.1. A REGIC de 1993.....	8
3.2. A REGIC de 2007.....	9
3.3. A REGIC de 2018.....	11
4. ALGUMAS DEFINIÇÕES DO CONCEITO DE “CIDADE MÉDIA”.....	13
5. A EVOLUÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS AO LONGO DAS DÉCADAS A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO DAS REGICs.....	19
5.1. Capitais Regionais.....	22
5.1.1. Centro-Oeste.....	22
5.1.2. Nordeste.....	24
5.1.3. Norte.....	26
5.1.4. Sudeste.....	28
5.1.5. Sul.....	31
5.2. Centros Sub-Regionais.....	34
5.2.1. Centro-Oeste.....	34
5.2.2. Nordeste.....	37
5.2.3. Norte.....	39
5.2.4. Sudeste.....	41
5.2.5. Sul.....	44
5.3. Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais no Brasil: uma tentativa de síntese empírica.....	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
ANEXOS.....	52

APRESENTAÇÃO

Apresentamos aqui os resultados de nossa pesquisa de Trabalho de Graduação Individual. Esta investigação, orientada pelo Prof. Fabio Contel, procurou fazer frente a dois compromissos acadêmicos de nossa graduação: o já mencionado Trabalho de Graduação Individual (TGI), mas também uma Iniciação Científica junto à Comissão de Pesquisa da FFLCH/USP (sem bolsa), iniciada em prazo semelhante ao TGI.

Este Trabalho está dividido em seis partes principais: 1. introdução; 2. redes urbanas: conceitos e aplicações pela REGIC; 3. análise das edições da pesquisa Região de Influência das Cidades (REGIC) – 1993, 2007 e 2018; 4. algumas definições do conceito de “cidade média”; 5. a evolução das cidades médias ao longo das décadas a partir da classificação das REGICs; e 6. considerações finais.

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender a evolução da estrutura hierárquica da rede urbana brasileira através das pesquisas Regiões de Influência das Cidades do IBGE (1993; 2007; 2018), visando identificar quais classes de cidades poderiam ser consideradas “cidades médias” nesta hierarquia, e como elas evoluíram em termos quantitativos entre 1993 e 2018. Em relação aos objetivos específicos de nossa investigação, buscamos ainda: analisar quais as principais semelhanças e diferenças da base teórica de cada REGIC, nos três anos mencionados; identificar as principais semelhanças e diferenças na classificação das cidades que cada uma das três edições propõe; estudar a evolução das cidades médias na estrutura da hierarquia urbana brasileira, através de uma análise do número desta classe de cidades presentes na rede urbana, entre os anos de 1993 e 2018; e por fim, verificar em cada Grande Região do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) se houve um aumento, diminuição ou “estabilidade” do número de cidades médias em cada uma dessas parcelas do território nacional.

Cabe destacar que a investigação teve também um caráter exploratório, pois não partimos de nenhuma metodologia específica pré-estabelecida para o trabalho com as REGICs; procuramos estabelecer alguns padrões de análise que permitissem comparar as definições mais teóricas do que são “cidades médias” com

aquelas definições mais empíricas presentes na classificação da rede urbana brasileira estabelecida nas REGICs. Por se tratar de uma pesquisa com este caráter, um de nossos intuições foi também pensar em questões para possíveis pesquisas futuras (que estão elencadas nas considerações finais desta monografia).

Por fim, gostaríamos de fazer duas justificativas sobre aspectos formais dos resultados apresentados: 1. Devido ao fato desta pesquisa estar sendo desenvolvida durante o período da pandemia de Covid-19, não foi possível ter acesso às bibliotecas da Universidade de São Paulo; portanto, foi necessária a utilização de textos disponíveis em sites de revistas acadêmicas, ou repositórios de livros em formato PDF (na internet). Por conta disso, não pudemos ter acesso a diversos textos clássicos originais, e foi preciso recorrer a outros trabalhos acadêmicos que citassem tais autores. Portanto, haverá uma quantidade significativa de “*apuds*” no Trabalho (o que esperamos “resolver” assim que for possível o acesso presencial às bibliotecas); 2. Optamos por abordar nas REGICs duas classes de cidades que, pela revisão bibliográfica realizada, nos pareceram poder ser consideradas como cidades médias: as Capitais Regionais e os Centros Sub-Regionais. Ambas classes foram abordadas de modo a compreender a evolução na hierarquia urbana ao longo dos anos; entretanto, por conta das Capitais Regionais serem menos numerosas em relação aos Centros Sub-Regionais - além de serem mais relevantes na hierarquia da rede urbana - , optamos por apresentá-las nos mapas de maneira individualizada, isto é, cada centro urbano foi destacado em cada uma das edições, de acordo com sua classificação; por outro lado, os Centros Sub-Regionais, muito mais numerosos - e de menor relevância na hierarquia urbana - , foram tomados em conjunto, isto é, verificamos a dinâmica de tal classe de cidades em sua totalidade, apresentando quais ganharam ou perderam relevância e quais se mantiveram estáveis.

1. INTRODUÇÃO

Em sua obra *A Urbanização Brasileira*, Milton Santos (1993) mostra que a formação daquilo que pode ser considerada a primeira rede urbana brasileira se deu na Bahia, através de um processo de urbanização pioneiro. Segundo o autor “o Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização” (Santos, 1993, p. 17), sendo que “Salvador, pode-se dizer, comandou a primeira rede urbana das Américas” (Santos, 1993, p. 17).

As redes urbanas e sua hierarquia são sem dúvida dois temas dos mais importantes no campo da geografia urbana. Esses estudos focam principalmente no número de cidades, suas dimensões, a distribuição espacial, suas hierarquias, a divisão territorial do trabalho entre elas, e em especial a origem de suas diferenças. No período pós-primeira guerra mundial, esses estudos ganharam força em parte pelas aplicações práticas que o planejamento das redes urbanas permitia, sendo que uma análise da hierarquia urbana poderia ser uma ferramenta poderosa de racionalização de investimentos públicos e privados.

Como afirma o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), devido ao estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGICs) estar voltado “às centralidades e à dinâmica dos fluxos que as conectam” (IBGE, 2020, p. 9), os resultados apresentados são de grande utilidade para a gestão pública do território e planejamento empresarial.

Conforme a edição mais recente da REGIC, publicada em 2020, no atual contexto econômico brasileiro, observa-se uma tendência de maiores fluxos de capitais e mão-de-obra para cidades de níveis hierárquicos inferiores às metrópoles. Os tradicionais grandes centros urbanos experimentam maior estabilidade de fluxos, enquanto Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais ganham maior relevância na absorção de fluxos migratórios e de investimento.

Tendo em vista o quadro sumariamente apresentado, o presente Trabalho de Graduação busca fazer uma análise deste documento intitulado Região de Influência das Cidades (doravante, REGIC), nas suas três últimas edições publicadas pelo IBGE (1993; 2007; 2018). A partir desta análise, procuramos

identificar as novas dinâmicas de fluxos e hierarquização dos centros urbanos brasileiros, particularmente no que se refere à dinâmica das chamadas “cidades médias”. Portanto, para além desta aproximação mais geral em relação às REGICs, buscamos identificar nestes documentos como são definidas as “cidades médias”, visando encontrar paralelos e contrastes em relação às definições acadêmicas desse conceito e as definições que aparecem nos documentos oficiais do IBGE (as REGICs).

Como mostra a revisão bibliográfica realizada para esta investigação, tais estudos são de grande interesse para o entendimento crítico da organização do território brasileiro, mas também podem mostrar resultados importantes para o próprio planejamento urbano e regional (público e privado). Identificamos também que ainda não há estudos mais aprofundados sobre a REGIC publicada em 2018 até o momento da escrita do presente trabalho (sobretudo estudos que comparem esta análise mais recente da rede urbana com as análises anteriores), e realizar esta investigação nos pareceu ter relevância para os estudos urbanos no Brasil.

Para a realização deste trabalho, buscou-se informações através de dois instrumentos metodológicos principais: a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Os dados coletados, bem como os aportes teóricos pesquisados, foram comparados e relacionados entre si, à luz dos principais autores estudados para esta pesquisa.

Ademais, as três edições das REGICs foram comparadas entre si a fim de avaliar a maneira como tais estudos se complexificaram ao longo das décadas, identificando os principais autores e conceitos utilizados, as classificações dos “tamanhos funcionais” das cidades, bem como as mudanças nos questionários utilizados pelo IBGE para a coleta de dados.

2. REDES URBANAS: CONCEITOS E APLICAÇÕES PELA REGIC

Conforme mencionado, a principal base documental utilizada neste Trabalho foram os estudos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (doravante, IBGE) sobre a rede urbana brasileira. Estes estudos sistemáticos sobre a rede urbana do Brasil se iniciaram nos anos 1960, e a primeira publicação gerada pelo Instituto foi a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, de 1972. Na sequência, houve a publicação da Região de Influência das Cidades – nome utilizado até hoje pelo IBGE –, de 1978 e editado em 1987. Em seguida, vieram as três publicações de interesse do presente Trabalho: a edição de 1993, publicada em 2000; a edição de 2007, publicada em 2008; e a edição de 2018, publicada em 2020.

As REGICs compõem, portanto, uma série de publicações produzidas pelo IBGE que procuram realizar, sem uma periodicidade definida, uma “radiografia” sólida do funcionamento da rede urbana brasileira. As publicações fazem parte de um conjunto de “estudos especiais” do Instituto, para além de suas pesquisas mais conhecidas – e regulares – como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), além do próprio Censo Demográfico.

A publicação Regiões de Influência das Cidades faz parte do campo de estudo das redes urbanas e da vida de relações que se dá entre as cidades do território brasileiro. A REGIC pode ser definida como uma análise das redes de relações espaciais dos aglomerados urbanos brasileiros. Como aponta Dias (1995, *apud* IBGE, 2008), redes geográficas são um conceito amplo, e no trabalho da REGIC de 1993, utilizou-se principalmente a definição de Kansky (*apud* IBGE, 2000, p. 13), qual seja: “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações.”

No contexto das redes urbanas, cabe mencionar o conceito de sistema urbano, que tem grande sinonímia com o conceito. Como aponta Rosa Moura (2017, p. 72),

A começar, entende-se sistema urbano como um componente espacial do desenvolvimento social, o resultado de uma evolução histórica. A rede de cidades que o compõe, em sua forma,

distribuição no território, inter-relações e interdependências, decorre de processos sociais de mudança e expressa as diferentes escalas da inserção regional na divisão social do trabalho.

Uma das principais bases teóricas de todas as publicações do IBGE analisadas é a chamada Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller. Publicado originalmente na Alemanha em 1933, este principal livro do autor mostra que quanto maior a complexidade de uma dada mercadoria ou serviço, maior é seu alcance espacial, e, portanto, maior também é a “região complementar” que aquela cidade que oferta o bem ou serviço forma. Portanto, existiria segundo Christaller uma relação inversamente proporcional na formação de um sistema de cidades: por um lado, uma mercadoria ou serviço de baixa complexidade possui reduzido alcance espacial – em geral é de fácil acesso mesmo em “centros de zona”; porém, conforme a complexidade do bem ou serviço aumenta, maior a tendência desse bem ou serviço estar localizado em centros urbanos de maior complexidade funcional (e tamanho demográfico) (IBGE, 1993).

A Teoria das Localidades Centrais de Christaller, entretanto, é criticada por se tratar de uma concepção abstrata, de uma realidade ideal, onde variáveis importantes são desconsideradas. Nesse sentido, Ablas (*apud* Conte, 2014, p. 78) argumenta que Christaller não incluiu em sua teoria as economias de aglomeração, tampouco o deslocamento populacional. Ambas as variáveis, aponta o autor, “são importantes no estabelecimento da configuração final do sistema de cidades”, visto que (Conte, 2014, p. 78), “quanto maior forem as economias de aglomeração e o movimento populacional, maior será a concentração espacial da população.”.

Outro autor importante que estudou as redes urbanas foi o geógrafo francês Michel Rochefort (1961, p. 6). Para ele, seria possível desenvolver métodos de estudos das redes urbanas a partir do setor terciário da economia; sendo assim, ele alega que:

Na definição de uma rede urbana regional há dois pontos de vista distintos e complementares: de um lado, é preciso retraçar os limites gerais dessa rede, da região urbana que determina a zona de influência da Capital Regional; de outro lado, é preciso estudar os tipos de centros através dos quais se exerce essa influência no interior da zona delimitada e analisar sua localização.

Nesse sentido, o autor realiza uma combinação de conceitos teóricos com variáveis empíricas para criar seu método de estudo das redes urbanas. Entre as variáveis empíricas de que se vale, destacamos: a organização dos transportes; o método dos telefones (tirado de Christaller); a análise da estrutura profissional das cidades; e a mensuração do setor terciário na composição das atividades econômicas realizadas nas cidades¹.

Outra variável relevante às redes urbanas, desconsiderada pela Teoria de Christaller, se refere à escala de produção industrial. Como visto, tal teoria engloba o alcance de bens e serviços e, portanto, não inclui o setor industrial. Logo, além da questão das economias de aglomeração e deslocamento populacional, a escala produtiva atinge níveis suficientes para alcançar mercados mais distantes, portanto, pode estar presente em escala nacional, o que exerce forte influência na dinâmica das redes urbanas.

Baseado em Roberto Lobato Correa, Conte (2014, p. 78) reforça a importância do processo de distribuição no estudo das redes urbanas, uma vez que, no capitalismo, a rede de distribuição se manifesta como o principal elo entre a produção e o consumo de mercadorias. Ainda segundo Conte (2014, p. 78), “a distribuição tem nas cidades os locais preferenciais para sua efetivação”. Nesse contexto, também haverá uma diferenciação, entre as cidades, para a efetivação da distribuição, e, portanto, ocorrerá a hierarquização dos centros urbanos.

As redes viabilizam ainda a circulação e comunicação, fundamentais na forma como o espaço se organiza: de um lado, o espaço se organiza por elementos fixos, que interagem entre si através de fluxos, dando origem às redes. Tais fluxos não são homogêneos e, portanto, o espaço é influenciado por redes desiguais e simultâneas. Essas desigualdades são em grande parte reflexos da própria

¹ Ainda segundo Michel Rochefort, no estudo da organização dos transportes, pode-se traçar os limites gerais da região urbana através das linhas isócronas, isto é, o tempo de deslocamento entre o centro urbano e as cidades ao redor; já para a delimitação dos tipos de centros, verifica-se a frequência dos sistemas de transporte rodoviário e ferroviário. Para o método dos telefones, Christaller assumiu a fórmula $Zz = Tz - Ez \cdot Tg / Eg$, onde Tz é a quantidade de telefones do centro urbano, Ez a população, Tg a quantidade de telefones da região e Eg é a população da região; a análise da estrutura profissional permitiria classificar os centros urbanos de acordo com sua população ativa no setor de serviços; na análise do setor terciário, inicialmente deve-se conhecer sua importância na região estudada, bem como os serviços mais importantes que permitam classificar um centro.

contradição da lógica capitalista, lógica que, no fundo, constitui o fator mais importante na maneira como as redes se organizam.

Baseados nas definições propostas por Claude Raffestin, a parte teórica da REGIC de 1993 (IBGE, 2000, p. 14) mostra que redes de circulação envolvem movimento de pessoas e mercadorias. Já em uma rede de comunicação, são transportados principalmente “bens informacionais” ou imateriais. Ao tratarmos ambos os fenômenos de forma conjugada – isto é, os fluxos materiais e os imateriais –, necessitamos usar o conceito de rede como de “circulação-comunicação” (IBGE, 2000, p. 14). Redes de circulação são visíveis pelos fluxos de pessoas e bens através de uma infraestrutura – como rodovias e ferrovias – e, portanto, é de mais fácil mensuração e identificação destes tipos de fluxos.

Esta mesma REGIC de 1993 se vale do argumento de Jean-Marie Miossec (IBGE, 2000, p.14), que aponta que existiriam três diferentes tipos de redes: as de produção, as de distribuição ou aquelas de difusão e decisão. As redes de distribuição são marcadas pelo fim dos “espaços nacionais, regionais, locais, espaços desarticulados e dependentes, concentrados, mas não polarizados” (IBGE, 2000, p. 14). Na produção, a localização está relacionada à "situação em relação à mão de obra, consumo, pontos de concentração e transbordo de carga e as vias de comunicação mundiais" (IBGE, 2000, p. 14). Já nas redes de decisão, ocorre uma rede de lugares centrais – onde é possível pensar numa hierarquia entre centros – os quais oferecem bens e serviços para atender a demanda do consumo.

Nesse sentido, o documento afirma ainda que (IBGE, 2000, p. 14) as redes são “constituídas por alguns polos, não necessariamente no centro da rede” e que, portanto “são caracterizadas por uma malha densa de linhas e de terminais de codificação e decodificação”. Os polos seriam locais chave de “interação onde as necessidades de tecnoestruturas em homens, materiais e informações os estenderiam num espaço horizontal” (*apud* IBGE, 2000, p. 14). Sobre as necessidades de bens e serviços, quanto mais básicos forem, menor a distância percorrida pelas pessoas. Logo, quanto mais sofisticados, maior a distância que pessoas se dispõe a percorrer para buscá-lo. A centralidade destes pólos pode ser entendida a partir do seguinte raciocínio:

A centralidade de um núcleo é medida pelo seu grau de importância com base em suas funções centrais: maior número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, maior a sua centralidade. Ou seja, a oferta de bens e serviços está relacionada ao tamanho do núcleo e de sua área de influência. Nesta dinâmica ocorre a hierarquização entre os centros; uma das formas utilizadas é: metrópole regional, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local. (Conte, 2014, p. 77).

Portanto, tendo em vista o embasamento teórico apresentado, utilizado pelo IBGE para o estudo da REGIC, é importante compreender de que maneiras o Instituto operacionalizou cada uma das edições e quais as metodologias empregadas para a determinação e classificação das cidades estudadas. Dessa forma, ao entender o estudo da REGIC tanto do ponto de vista metodológico como da base teórica empregada, será possível, mais adiante, discutir o conceito de cidade média e de que maneiras tais centros urbanos evoluíram ao longo das edições estudadas.

3. ANÁLISE DAS EDIÇÕES DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC) – 1993, 2007 e 2018

3.1. A REGIC de 1993

Como mostram Rosa Moura et al (2021), a edição de 1993 se diferencia das demais - anteriores e posteriores - pelo vocabulário utilizado na classificação da hierarquia urbana, como será visto mais adiante. Ademais, deu sequência aos objetivos das edições anteriores, bem como manteve os procedimentos metodológicos. Entretanto, ao contrário das demais edições, o método empregado pelo IBGE em 1993 unificou etapas e definiu, em conjunto, o grau de centralidade e sua área de influência. Além disso, “a essência da investigação recaiu nas redes de relações.” (Moura, et al, 2021, p. 19).

Naquela edição, uma das principais bases do estudo foi a já mencionada Teoria das Localidades Centrais de Christaller; porém ao contrário dos trabalhos anteriores, buscou-se um aprofundamento teórico e “atualização” crítica através dos trabalhos de Roberto Lobato Corrêa. Com os escritos do autor, o IBGE incluiu o estudo das redes geográficas, fluxos e interações espaciais, na elaboração da REGIC de 1993. Desse modo, o Instituto ampliou a gama de bens e serviços para a elaboração da hierarquia em relação aos dois trabalhos anteriores. Como consta no documento,

“foram definidas 46 funções centrais (bens e serviços), raras ou frequentes, que constituíram a base de investigação. Daquelas funções centrais, 14 foram consideradas de baixa complexidade e frequentes nas cidades de hierarquia mais baixa ou de menor nível de centralidade. Outras 30 funções foram consideradas como geradoras de fluxos de média a elevada complexidade e definidoras de hierarquias/centralidades mais elevadas que aquelas primeiras. As duas funções restantes representam os fluxos relativos à busca dos serviços de informação” (IBGE, 2000, p. 21).²

² Em todas as edições da REGIC, foram aplicados questionários ao longo de todas as cidades em que não foi possível identificar sua centralidade a partir de pesquisa documental (dados do próprio IBGE, mas também de agências reguladoras, órgãos públicos, associações de setor, etc). Tais questionários envolviam temas como busca por comércio e serviços, atendimento médico, exames, ensino superior, rádio e televisão, atividades culturais, transporte aéreo, terrestre e marítimo, origem dos insumos agropecuários, máquinas agrícolas, etc.

Ao contrário das classificações anteriores e posteriores, a hierarquia urbana proposta na REGIC de 1993 adota uma nomenclatura particular, menos sofisticada, que remete aos chamados “níveis de centralidade” de cada aglomerado urbano. Segundo o documento, as cidades se caracterizariam desde um nível “Máximo” até “Muito fraco” de centralidade. Já no que diz respeito aos “padrões urbanos”, de acordo com cada nível, são classificados de “Metropolitano” até “Municípios Subordinados”, conforme a seguinte ordem:

- a. Máximo (Metropolitano)
- b. Muito Forte (Predominantemente Sub-Metropolitano)
- c. Forte (predominantemente de Capital Regional)
- d. Forte para médio (predominantemente de Centro Sub-Regional)
- e. Médio (tendendo a Centro Sub-Regional)
- f. Médio para fraco (predominantemente de Centro de Zona/Local)

3.2. A REGIC de 2007

De acordo com Ligia Duarte e Alessandra Navarro, na REGIC de 2007, a função de “gestão do território” foi uma das principais novidades de seu embasamento teórico, e foi usada para classificar e delimitar os centros urbanos. Para o IPEA (2016, p. 14), a metodologia adotada contribui para o melhor entendimento da estrutura urbana brasileira. Por “gestão do território” entende-se as funções ligadas ao aparelho do Estado e às sedes de grandes corporações privadas, as quais exercem influência no território como um todo (e principalmente em suas respectivas “regiões de influência”), além de outras formas de expressão de centralidade, como a presença de universidades, emissoras de televisão e ligações aéreas. Finalmente, para o reconhecimento das áreas de influência de tais centros urbanos, o Instituto se utilizou de questionários para a coleta de informações específicas para a construção da rede.

Além disso, como aponta Conte (2014), a edição de 2007 da REGIC se insere em um contexto diferente da edição de 1993, como mostra o trecho abaixo:

Os estudos anteriores, que definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras, foram realizados pelo IBGE, a partir de questionários que

investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, nos anos de 1966, 1978 e 1993. As classificações resultantes evidenciaram as mudanças na rede urbana ao longo do tempo. Na última década, a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades (Conte, 2014, p. 82)

Nessa atualização, houve a introdução de variáveis específicas para se classificar o que seriam os “centros de gestão” do território e posteriormente sua área de atuação. Esta classificação a partir dos centros de gestão do território, por sua vez, avaliou níveis de centralidade do poder executivo e judiciário a nível federal, além de centralidade empresarial e disponibilidade de equipamentos e serviços. Segundo ainda o próprio documento,

Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, buscam-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território. (IBGE 2008, p. 9).

Além disso, a edição de 2007 retoma a classificação anterior à 1993, e, por conta da complexificação do estudo das redes materiais e imateriais, uma nova classificação hierárquica foi criada, com mais subdivisões:

1. Grande Metrópole Nacional; Metrópole Nacional; e Metrópole
2. Capital Regional A; Capital Regional B; e Capital Regional C
3. Centro Sub-Regional A; e Centro Sub-Regional B
4. Centro de Zona A; e Centro de Zona B
5. Centro Local

3.3. A REGIC de 2018

Para a edição de 2018, foram mobilizadas basicamente as mesmas metodologias da edição de 2007, com alguns aprimoramentos: utilizou-se três informantes por cidade (agentes para coleta de dados), assim como sistemas mais inteligentes para os dispositivos de coleta de dados, e perguntas com maior grau de desagregação; além disso, o número de centros urbanos estudados foi maior do que nas edições anteriores. No que diz respeito à revisão bibliográfica / definição dos autores e conceitos centrais, foram incorporados principalmente uma bibliografia de matriz anglo-saxã, representada pelos estudos de Taylor (2001, 2019), Taylor, Hoyler e Verbruggen (2010) e Taylor e outros (2009). Além disso, a edição de 2018 trouxe uma maior complexificação ao entendimento da estrutura da rede urbana, como o olhar para os centros urbanos na faixa de fronteira e suas ligações internacionais. Como mostra uma das principais estudiosas da rede urbana brasileira, a REGIC de 2020,

além de dar continuidade à ênfase na gestão do território, agregou em sua análise a qualificação das centralidades em função das relações de longa distância, ou aquelas para além das hinterlândias (regiões de influência), caracterizadas pela inexistência das barreiras espaciais clássicas como fronteiras, divisas ou relevos. Estendem-se, dessa forma, funções do Estado e do mercado, a partir das quais estas relações ou o seu nível de city-ness poderiam ser captados. Também inovou em qualificar os municípios da faixa de fronteira terrestre brasileira com pesquisa inédita sobre as ligações internacionais entre cidades para acesso a bens e serviços. (Moura, et al, 2021, p. 22).

Assim, quando analisamos de forma comparada as três REGICs, foi possível chegarmos a algumas considerações significativas para nossa investigação. A edição de 1993 traz uma preocupação maior em relação à importância das redes de circulação e comunicação, bem como à busca por serviços de informação. Na edição de 2007, as variáveis “gestão do território”, “internet”, “ensino superior” e “televisão aberta” ganharam maior destaque na análise. Já em 2018, o Instituto aborda as conexões de longa distância e, pela primeira vez, destaca a faixa de fronteira na abordagem das redes urbanas. Ademais, em todas as edições analisadas, há variação no número de centros urbanos pesquisados. Entretanto, como observado por Moura et al (2021, p. 22), cada uma das REGICs publicadas pelo IBGE, embora possuam as particularidades citadas, apresentam uma linha

teórica contínua, o que acaba por permitir o estudo da evolução das redes urbanas ao longo das edições que utilizamos.

4. ALGUMAS DEFINIÇÕES DO CONCEITO DE “CIDADE MÉDIA”

Conforme mencionado no próprio título deste Trabalho de Graduação Individual, para além de identificarmos como evoluiu recentemente a rede urbana brasileira a partir das classificações feitas pelo IBGE, o estudo também analisou se é possível avaliar a evolução daquilo que a literatura na geografia urbana vem chamando de “cidades médias”, a partir das classificações que as REGICs disponibilizam em suas três últimas edições. Neste sentido, podemos nos perguntar: quais são as principais definições de cidade média que a literatura em geografia urbana vem propondo?

Nos escritos de Oswaldo Amorim Filho e Rodrigo Valente Serra (2001) sobre cidades médias, os autores abordam a maneira pela qual o tema é entendido pelo senso comum, isto é, de que forma a população em geral imagina como sendo uma “cidade média”; para eles,

as cidades médias, sob os dois pontos de vista — no imaginário dos moradores metropolitanos e interioranos —, seriam aquelas nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar— e até pôr em risco — a vida da maioria de seus moradores. Os centros urbanos, nesse exemplo, seriam classificados como médios à medida que atendessem às expectativas dos moradores metropolitanos ou interioranos, que são, como sabemos, em parte, subjetivas. (Filho; Serra, 2001, p. 1)

Ainda não há consenso firmemente estabelecido entre os geógrafos quanto à definição do que efetivamente caracteriza uma “cidade média”. Como aponta Vieira et al (2007), um dos critérios mais comuns para esta definição se baseia em indicadores demográficos. Entretanto, de acordo com M. E. B. Sposito (2010), o critério demográfico está mais associado ao entendimento de “cidades de porte médio”, cujo tamanho populacional varia de acordo com o contexto de cada país. Nesse sentido, a “cidade média”, no entendimento da autora, seria correspondente aos centros urbanos que “desempenham papéis de intermediação no âmbito de sistemas urbanos simples ou complexos” (Sposito, 2010, p. 52).

Um segundo critério apontado pelos autores é justamente a posição relativa pela qual a cidade se insere na rede urbana que faz parte; isto é, o oferecimento de

mercadorias e serviços com grau de complexidade e raridade superior às demais cidades de seu entorno. Assim, as cidades médias seriam então centros urbanos intermediários entre cidades de pequeno porte e as metrópoles.

Além disso, os autores destacam a importância da distância de um centro urbano em relação às metrópoles. Nesse sentido, Sposito (*apud* Vieira et al, 2007, p. 137) mostra que “tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, quanto mais distante estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade.”

A dinâmica urbana é outro fator relevante para a identificação de cidades médias, como apontado por Viera et al (2007), sendo que “as cidades médias constituem-se em localidades potenciais de absorção de empreendimentos, principalmente indústrias e de serviços de novas tecnologias”. Assim, pode-se entender como um centro urbano capaz de atrair maiores investimentos do que as cidades próximas.

Moura et al (2021, p. 8), observam maior protagonismo das chamadas cidades médias “a partir dos anos 1970 e 1980, quando o modelo de produção fordista entra em crise nos países centrais e periféricos”. A nova dinâmica do capital, aliada às políticas estatais de descentralização econômica e investimentos em infraestrutura permitiu a emergência de novos centros urbanos, antes ofuscados pela tamanha relevância das metrópoles. Como mostra a autora,

Como efeito, muitas dessas cidades passaram a configurar um ambiente potencial de acumulação, atendendo aos padrões espaciais de localização das atividades produtivas, de distribuição e de consumo, o que favoreceu a associação entre o capital financeiro, os promotores de negócios imobiliários e a indústria da construção.
(Moura et al, 2021, p. 9)

O crescimento das cidades médias no território brasileiro pode ser analisado também a partir da análise da relação delas com as metrópoles em suas proximidades. Tomando como exemplo o conceito da Megarregião (Lencioni, 2011, 2015), no caso do estado de São Paulo, a Macrometrópole paulista, parte de um núcleo estruturador, ou seja, a cidade de São Paulo, que foi durante o século XX o centro de acumulação de capital no território brasileiro, e que tem uma vida de relações que depende consideravelmente de outras cidades médias. A cidade de

São Paulo – núcleo desta Megarregião – tem sua origem associada à base técnica herdada das indústrias decorrentes da economia cafeeira, ao processo de industrialização restringida derivado da crise de 1929 e as políticas de industrialização pesada e sofisticação produtiva dos governos desenvolvimentistas civis e militares, que move a integração do mercado interno e a articulação regional. Em outras palavras, a cidade de São Paulo se constituiu no século passado como o local privilegiado para a produção, o centro urbano-industrial dinâmico articulado ao mercado internacional que funcionava como motor da economia nacional.

Contudo, a partir da década de 1970, mediante a crise internacional que revelou os limites do modelo fordista, o capitalismo mundial adentra em uma etapa de reestruturação produtiva que inaugura o modelo de acumulação flexível, em que a circulação e a produção se confundem mediante a segmentação fabril. Os antigos grandes centros urbanos passam a repelir algumas atividades produtivas, principalmente devido a custos elevados por conta de fenômenos ligados a aglomeração (deseconomias de aglomeração), enquanto novas localidades funcionam como pólos de atração do setor produtivo em razão dos custos mais baixos. Segundo Lencioni (1999, p. 30), “em 1970, a participação da região metropolitana no valor da produção industrial do Estado de São Paulo foi de 67,4%; em 1985, passou a 52,7%. Inversamente, a participação do Interior passou de 32,7 para 47,2.”

Assim, do ponto de vista territorial, a reestruturação se expressou pela dinâmica de desconcentração industrial, com concentração das atividades associadas ao setor financeiro e ao terciário moderno no núcleo metropolitano (Lencioni, 2008).

Dessa forma, os novos centros urbanos que emergiram a partir do processo de desconcentração econômica passaram a apresentar novos desafios frente às demandas do capital. Isto é, para assegurar-se como polo de atração de investimentos e mão-de-obra – ou seja, manter-se num elevado nível de centralidade na hierarquia –, tais centros muitas vezes dispõe de políticas para atrair grande variedade de oferta de bens e serviços complexos, anteriormente restritos às metrópoles.

Além da oferta de infraestrutura e serviços complexos, o grau de influência de um centro urbano intermediário também depende de sua localização relativa no território, na rede urbana regional da qual faz parte (conforme mencionado). Baseados em estudo de Sposito, Moura et al (2021, p. 12) mostram que a influência de uma cidade ou arranjo populacional está diretamente ligada ao grau de concentração ou dispersão e da densidade ou extensão de sua centralidade. Em redes urbanas mais densas, como aquela que compõem a macrometrópole paulista, uma cidade de porte mais robusto, como um centro urbano de 150 mil habitantes, tem seu grau de centralidade reduzido devido às centralidades ainda mais fortes ao seu entorno. Em áreas pouco densas, como o estado do Mato Grosso, uma cidade de mesmo porte populacional poderá ter um maior grau de centralidade e maior nível hierárquico.

Maria Lúcia de Oliveira Falcón (2015, p. 35), em seu estudo para o desenho da rede de cidades médias, utiliza-se do pressuposto de que o tamanho da população não é tão relevante para tal abordagem, “mas sim na área de influência e nos fluxos que partem de, e chegam a, cada cidade”. Desse modo, segundo a autora, uma cidade média é caracterizada como um centro urbano que, através de fluxos, polariza cidades menores, ao mesmo tempo em que é polarizada por uma rede maior de centros urbanos.

Uma vez que a população não é determinante, embora não desprezível, para a classificação das cidades médias, centros urbanos maiores podem ocupar posições inferiores na rede urbana de dado território, enquanto cidades menores podem ocupar posições superiores na hierarquia em outros contextos regionais. Como aponta a autora, “o poder sobre o território define a hierarquia”, dessa forma “quanto maior a área de influência, maior o nível da centralidade” (Falcón, 2015, p. 35).

Vale ressaltar, como aponta Filho e Serra (2001, p. 1),

Seja como for, não pode ser desprezado o fato de que alguns aspectos, como tamanho demográfico, relações externas, estrutura interna e problemas sociais das cidades médias, podem variar bastante de país para país e de região para região, sendo, naturalmente, função do nível de desenvolvimento alcançado, da posição e das condições geográficas e do estágio de processo de formação histórico-social de cada um desses países ou de cada uma dessas regiões.

Feitas estas considerações mais gerais sobre o conceito de “cidades médias”, a abordagem que pretendemos levar em consideração no entendimento delas se inspira também nas discussões propostas por Tânia Maria Fresca (2011) em seu trabalho sobre as definições possíveis das metrópoles. Fresca (2011), ao discutir o conceito de metrópole, aponta que o conceito é polissêmico e alvo de diferentes interpretações ao longo do tempo. Nesse sentido, a autora resgata os trabalhos de autores da Escola de Chicago e propõe analisar a metrópole a partir de sua dimensão funcional.

Para tais autores, a economia metropolitana é a “concentração de todo o comércio de uma ampla área de uma grande cidade” (Fresca, 2011, p. 32). Portanto, nesse sentido, a metrópole seria “o ponto central para a zona de influência, bem como para o comércio entre unidades metropolitanas” (Fresca, 2011, p. 32). A partir dessa premissa, a dimensão funcional da metrópole se mostra mais relevante para o estudo do que a população absoluta ou infraestrutura da cidade, como aponta Fresca (2011), em trecho em que mostra também influência a obra clássica de N. S. B. Gras, *Introdução à História Econômica* de 1926:

[...] o aspecto fundamental da metrópole não é a sua dimensão ou estrutura, mas sua força funcional na medida em que concentra o comércio de ampla zona, sendo ponto de convergência de produtos comerciais e agrícolas. Dela partem inúmeros produtos de diferentes setores, gerando comerciantes especializados. (Fresca, 2011, p. 32).

Portanto, através da revisão bibliográfica, podemos entender que o estabelecimento de uma cidade média depende em menor grau de seu tamanho demográfico e mais pela complexidade das funções que cumpre, e por sua localização relativa na rede urbana da qual faz parte. Além disso, o surgimento de um centro urbano de elevado grau de centralidade na hierarquia urbana depende de sua capacidade de oferecer bens e serviços complexos e atrair fluxos de capitais vindos das metrópoles. Ademais, uma cidade média é tida como o principal instrumento para políticas de desconcentração econômica, e, portanto, tendem a receber grandes aportes de investimentos estatais em infraestrutura e serviços públicos.

Por fim, após entender as principais escolhas teóricas utilizadas pelo IBGE nas REGICs, as semelhanças e diferenças nas edições delas – além da discussão acerca das diferentes abordagens do que seria uma cidade média –, podemos partir para a análise mais empírica do trabalho e identificar a evolução daquilo que seriam as cidades médias, segundo as definições presentes nas edições da REGIC.

5. A EVOLUÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS AO LONGO DAS DÉCADAS A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO DAS REGICs

Conforme já mencionado, através da comparação das REGIC de 1993, 2007 e 2018, foi possível compreender parte da dinâmica da rede urbana brasileira e de que maneiras as cidades não-metropolitanas – ou mesmo capitais estaduais – ganharam relevância econômica ao longo dos últimos 30 anos. Como será visto, as metrópoles mantiveram-se estáveis em relação ao seu crescimento, com forte influência e poder de atração de pessoas e capital. Ao mesmo tempo, centros urbanos de menor porte e influência tornaram-se mais relevantes na rede urbana.

Para entender a evolução das cidades médias na rede urbana ao longo dos anos, tomaremos as Capitais Regionais (“Muito Forte” e “Forte”) e Centros Sub-Regionais (“Forte para Médio” e “Médio”)³ como sendo cidades médias. O estudo foi feito de maneira inversa, isto é: usamos as cidades que foram classificadas como Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais na REGIC de 2018 e, então, analisamos como essas classes de cidades se posicionavam nas duas edições anteriores. Além disso, os centros urbanos que não integraram a REGIC de 2007 ou de 1993 foram desconsiderados para este trabalho. Dessa forma, poderemos compreender como tais centros urbanos evoluíram na rede urbana, além de compreender a tendência à desconcentração econômica no Brasil, seja no setor industrial, agropecuário ou de serviços.

A escolha das Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais como cidades médias leva em consideração que: 1. as Capitais Regionais são cidades logo abaixo das metrópoles e, apesar de não possuírem toda a gama de produtos e serviços raros e sofisticados como as metrópoles, dispõem de grande capacidade de atração e polarização na rede urbana. Naturalmente, são as cidades preferenciais para a busca de bens e serviços além das metrópoles; 2. os Centros Sub-Regionais estão logo abaixo das Capitais Regionais e, normalmente, são menos populosos. Apesar

³ Considerando que na REGIC de 1993 a nomenclatura da classificação é diferente das demais, os centros urbanos classificados como “muito forte” e “forte” equivalem às Capitais Regionais A e B, respectivamente (na edição de 1993 não existe uma classificação equivalente à Capital Regional C). Já as cidades classificadas como “forte para médio” e “médio” são os Centros Sub-Regionais A e B, respectivamente, nas edições posteriores.

disso, ainda são grandes o bastante e contam com oferta de bens, serviços e infraestrutura suficientes para não se enquadrarem como cidades pequenas. Em resumo, estas duas classes de cidades englobam centros urbanos que constituem um grupo de cidades “pequenas demais” para serem consideradas metrópoles, mas “grande demais” para serem cidades pequenas (como seriam, neste raciocínio, os “centros locais” ou “centros de zona” da REGIC).⁴

Ademais, é importante ressaltar que, para fins metodológicos, foram incluídas em nossa análise como “Capitais Regionais” algumas aglomerações que hoje são consideradas Metrópoles, uma vez que: 1. Algumas cidades que hoje - leia-se, REGIC 2018 - são Metrópoles, como Florianópolis (SC), Campinas (SP) e Vitória (ES), nas edições passadas, seja 1993 ou 2007, eram classificadas como Capitais Regionais. 2. Uma vez que estão logo abaixo das Metrópoles, as Capitais Regionais A e B, mas principalmente as A, compartilham semelhanças entre si, como grande capacidade polarizadora e elevada oferta de bens, serviços e infraestrutura (além de no geral serem bastante populosas). 3. Nas considerações finais discutiremos se uma Capital Regional A ou B realmente pode ser caracterizada como “cidade média”, devido aos motivos já citados, que serão melhor explorados ao final de nossa análise.

Por fim, é importante salientar que, na REGIC, nem todas as cidades são avaliadas e classificadas separadamente; como veremos abaixo, é comum que vários centros urbanos sejam agrupados e enquadrados como “Arranjos Populacionais”. Um Arranjo Populacional (AP) é entendido como um conjunto de municípios com alto grau de integração, seja por decorrência do processo de conurbação entre dois ou mais centros urbanos, ou pelo fluxo expressivo de pessoas entre as cidades. Dessa forma, os municípios que compõem um Arranjo Populacional são compreendidos pelo IBGE como uma única unidade territorial no estudo das REGIC.

⁴ Centros de zona (A e B) e centro local são as classificações mais “simples” na REGIC e, portanto, dispõem de uma baixa oferta de bens, serviços e infraestrutura. Possuem pouca ou nenhuma capacidade de polarização, limitando-se apenas aos habitantes da própria cidade. Na edição de 1993 os centros de zona são entendidos como “médio para fraco” e “fraco”, respectivamente. Já os centros locais não possuem um equivalente nesta edição.

Por fim, cabe destacar que para analisar a evolução das Capitais Regionais e os Centros Sub-Regionais nas REGICs, optamos por dividir esta análise a partir das Grandes Regiões que o próprio IBGE trabalha, começando pela Região Centro-Oeste.

5.1. Capitais Regionais

5.1.1. Região Centro-Oeste

Entre as edições de 1993 e 2018 da REGIC, identificamos 8 aglomerações classificadas como Metrópoles ou Capitais Regionais. Deste universo, 75% das cidades “subiram” na hierarquia urbana. A Região Centro-Oeste foi a segunda que mais complexificou sua rede urbana, atrás apenas da Região Norte, onde 84,61% dos centros analisados conheceram esta complexificação. Entre as 8 cidades analisadas para o Centro-Oeste, apenas Goiânia manteve-se estável, como Metrópole (nível “máximo”), ao longo das décadas do estudo.

Ainda em Goiás, Anápolis foi o único centro urbano que perdeu posição na hierarquia regional, mas ainda se mantendo relevante, como Capital Regional C. Entre as cidades de menor porte, Dourados (MS), Rondonópolis (MT) e Sinop (MT), ganharam relevância e evidenciam a desconcentração econômica da região ao passarem a fazer parte da classificação como Capitais Regionais C.

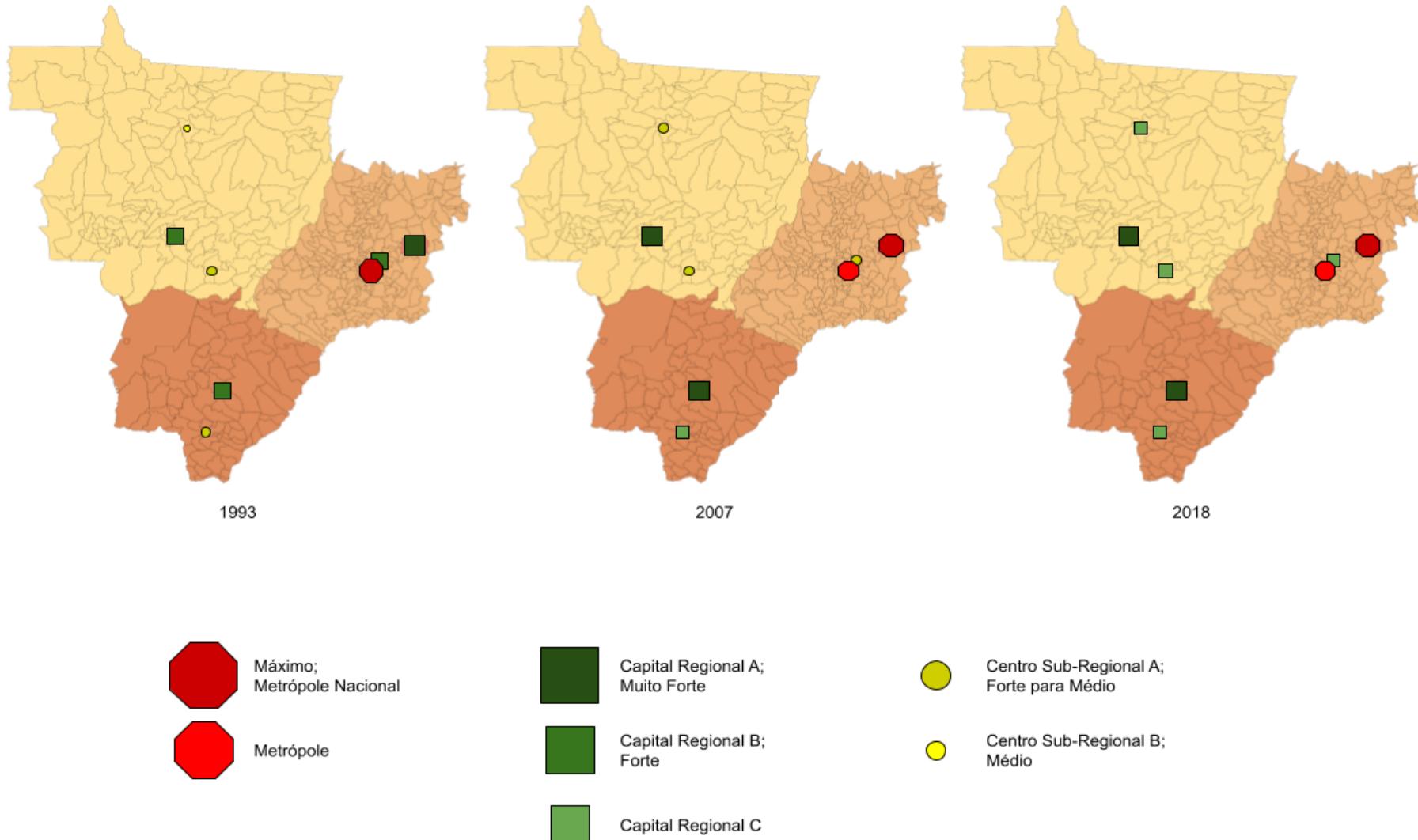
As capitais do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente Cuiabá e Campo Grande, passaram a figurar como importantes Capitais Regionais A na rede urbana centro-oestina, visto que, em 1993, eram consideradas como Forte (Capital Regional B). Curiosamente, Brasília, a capital do país, foi considerada pelo IBGE, em 1993, como Muito Forte (Capital Regional A), posição abaixo da cidade de Goiânia. Em 2018, no entanto, ela figura, juntamente com Rio de Janeiro, como Metrópole Nacional.

Quadro 1 – Região Centro-Oeste: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	6	75,00
Mantiveram-se estáveis	1	12,50
Caíram na hierarquia	1	12,50
TOTAL	8	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

Mapa 1 - Evolução das Capitais Regionais na Região Centro-Oeste



Fonte: IBGE 2000, 2008, 2020. Elaboração do autor.

5.1.2. Região Nordeste

Na Região Nordeste, o universo total das aglomerações consideradas Metrópoles e Capitais Regionais em 2018 era de 23 unidades. As Metrópoles de Fortaleza, Recife e Salvador se mantiveram estáveis durante todo o período, e continuam como os maiores centros polarizadores da Região. Entre os destaques, as capitais estaduais Aracaju (SE), Maceió (AL) e Natal (RN) tornaram-se Capitais Regionais A, a maior classificação para cidades não-metropolitanas. Nessa classificação, já se configurava, desde 1993, as capitais João Pessoa (PB), São Luís (MA) e Teresina (PI).

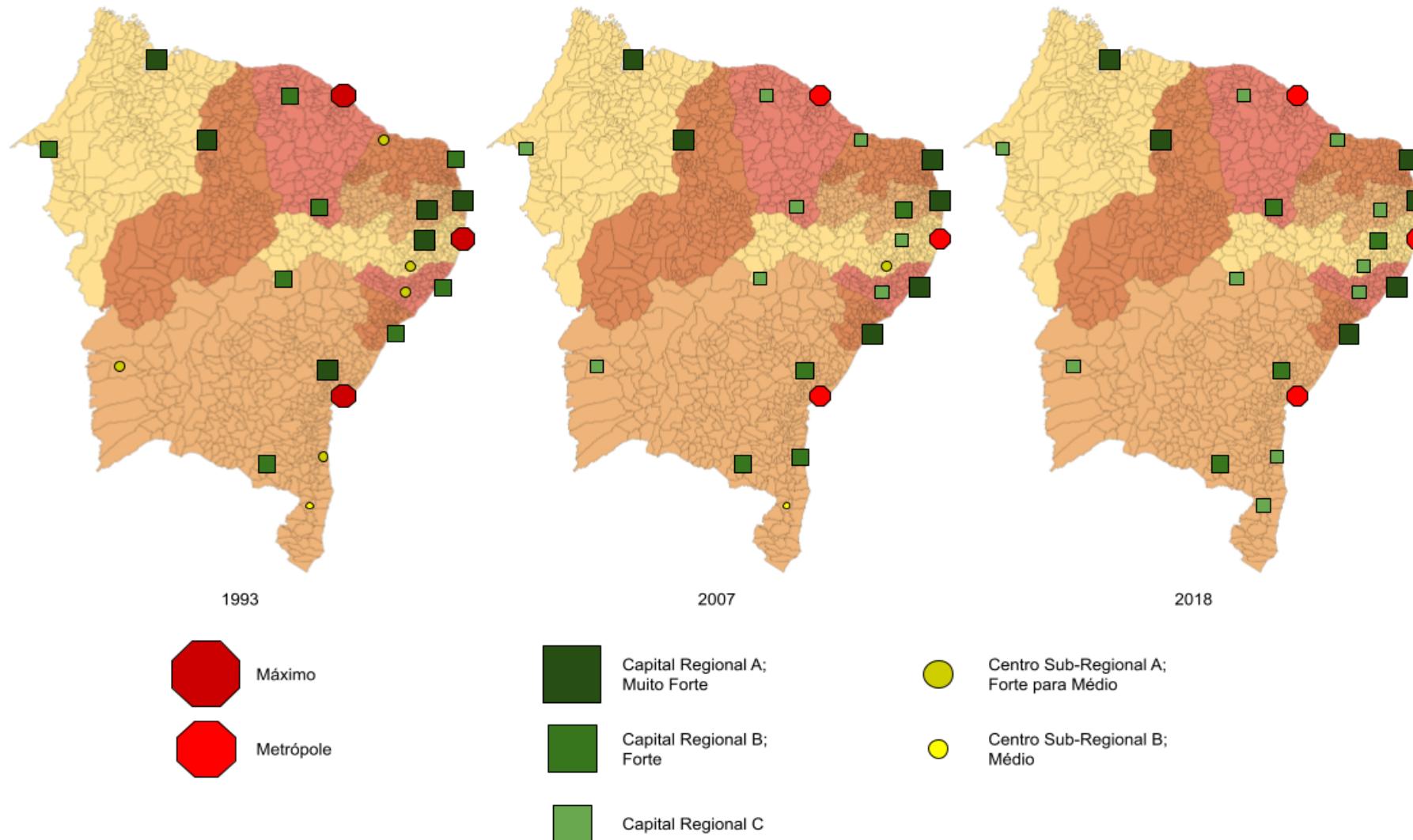
Nas cidades do interior (leia-se, não capitais estaduais), 6 perderam posições na classificação, 6 subiram e 2 apresentaram estabilidade. Todas as que subiram na classificação integraram, em 2018, a classe de Capital Regional C. Ambas as que se mantiveram estáveis - Vitória da Conquista (BA) e Juazeiro do Norte (CE) - já se enquadavam no alto da hierarquia, isto é, como Capital Regional B (Forte, em 1993). Entre as que perderam posição relativa, 3 delas eram Muito Forte (Capital Regional A) em 1993: Feira de Santana (BA), Caruaru (PE) e Campina Grande (PB).

Quadro 2 – Região Nordeste: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	9	39,13
Mantiveram-se estáveis	8	34,78
Caíram na hierarquia	6	26
TOTAL	23	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

Mapa 2 - Evolução das Capitais Regionais na Região Nordeste



Fonte: IBGE 2000, 2008, 2020. Elaboração do autor.

5.1.3. Região Norte

Esta Região possuía em 2018 um total de 13 cidades nas classes Metrópole e Capitais Regionais. Ela se destaca das demais como a que experimentou maior complexificação de sua rede urbana entre 1993 e 2018, visto que 84,61% das cidades analisadas subiram na classificação. Manaus (AM) e Belém (PA), que em 1993 já eram os centros urbanos mais importantes da região - ambos se posicionavam como Muito Forte (Capital Regional A) em 1993 - , tornaram-se as duas Metrópoles nortistas em 2018. Tal fato segue a tendência de outras Capitais Regionais A, que invariavelmente acabam subindo para a classificação das Metrópoles. Palmas (TO) foi a que mais cresceu, uma vez que passou de “Médio para Fraco” (Centro de Zona A) em 1993 para uma Capital Regional B, mesma posição de Porto Velho (RO).

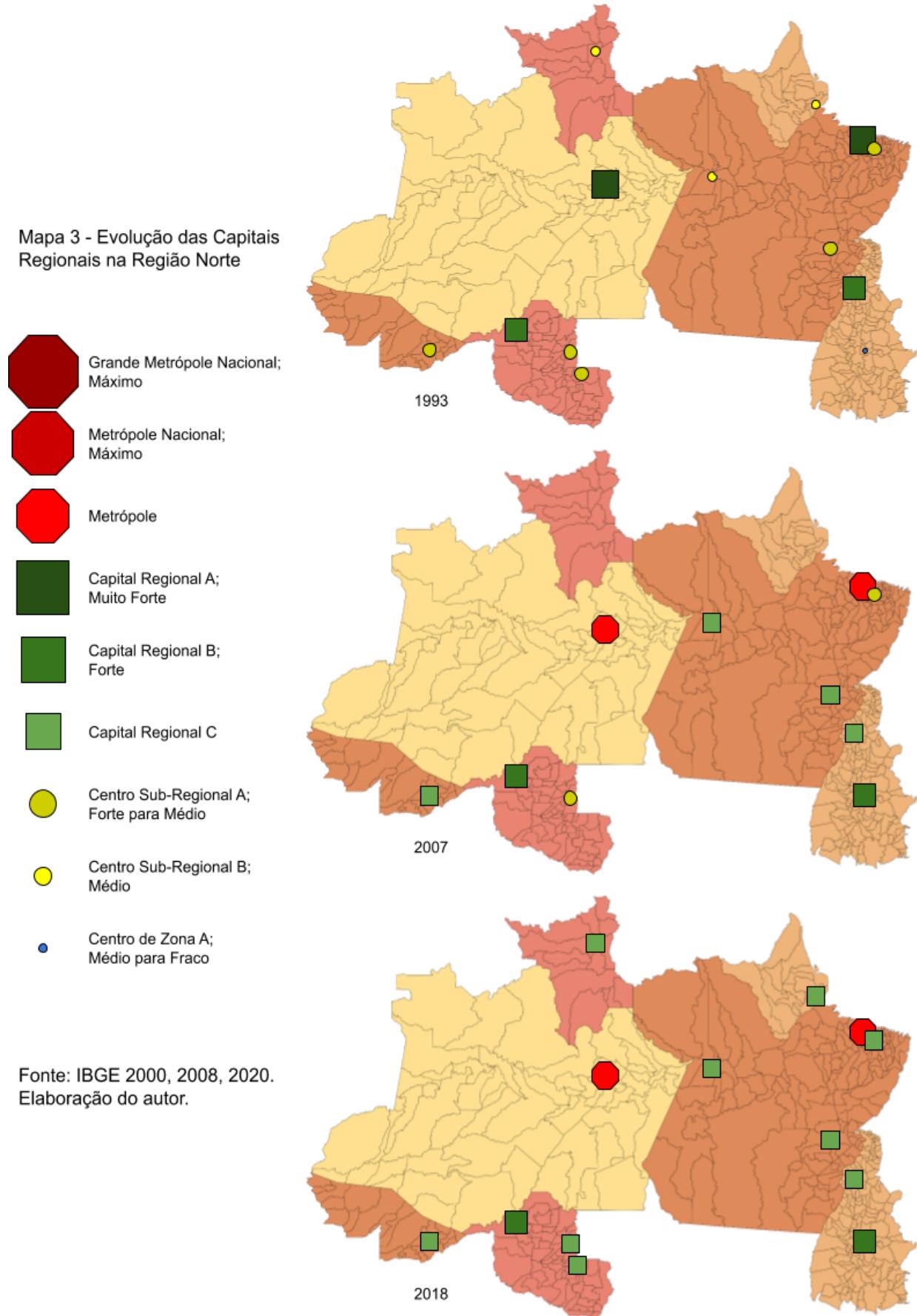
Entre as cidades do interior (não-capitais estaduais), Rondônia e Pará são os que mais possuem Capitais Regionais, 2 e 3 respectivamente, enquanto o Tocantins possui uma (Araguaína), que caiu na classificação entre o período analisado. O restante dos estados nortistas não possui Capitais Regionais no interior, apenas a própria capital.

Quadro 3 – Região Norte: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	11	84,61
Mantiveram-se estáveis	1	7,69
Caíram na hierarquia	1	7,69
TOTAL	13	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

Mapa 3 - Evolução das Capitais Regionais na Região Norte



Fonte: IBGE 2000, 2008, 2020.
Elaboração do autor.

5.1.4. Região Sudeste

Como Região mais populosa e de maior concentração e dinamismo econômico, o Sudeste possui extensa rede de Capitais Regionais e a maior concentração de Metrópoles, totalizando 40 unidades deste tipo. Destaca-se obviamente o papel de São Paulo, que possui classificação única nas REGICs de 2007 e 2018 (Grande Metrópole Nacional). Além disso, o estado de São Paulo é a única unidade da federação a possuir duas metrópoles - Campinas e São Paulo - além da única Capital Regional A localizada no interior: Ribeirão Preto. Tanto no estado do Rio de Janeiro como em Minas Gerais, as capitais, como Metrópoles, mantiveram-se estáveis no período. Destacamos ainda o Rio de Janeiro que, juntamente com Brasília, são Metrópoles Nacionais, e Belo Horizonte, uma Metrópole. O Espírito Santo era, em 1993, o único estado sudestino sem uma Metrópole (Máximo). A capital Vitória foi classificada como Capital Regional A até 2007, até ser elevada para a condição de Metrópole em 2018, juntamente com a paulista Campinas.

Ao contrário das demais regiões brasileiras, onde comumente as capitais estaduais são Capitais Regionais, no Sudeste há uma porção de cidades do interior com essa classificação. Em 2018, o Sudeste contava com 35 Capitais Regionais, sendo 1 Capital Regional A, 7 Capitais Regionais B e 27 Capitais Regionais C. Dessa forma, o Sudeste conta com a rede urbana mais articulada do país, com elevado número de centros urbanos com grande capacidade de polarização ao longo do território. Ao mesmo tempo, é a Região onde mais centros urbanos caíram na classificação em relação ao total, enquanto pouco menos da metade subiram. Ao mesmo tempo, é a Região com mais Metrópoles e Capitais Regionais, o que poderia indicar um rearranjo da rede urbana, onde alguns centros urbanos passam a ter seu alcance reduzido em relação a outros em ascensão.

Minas Gerais foi o estado onde proporcionalmente mais cidades caíram na hierarquia, com 8 dos 12 centros analisados perdendo sua posição relativa na rede urbana. Em São Paulo, os três centros urbanos mais importantes, com exceção das Metrópoles - São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto - mantiveram-se estáveis no período. Ao mesmo tempo, há um rearranjo das cidades no interior

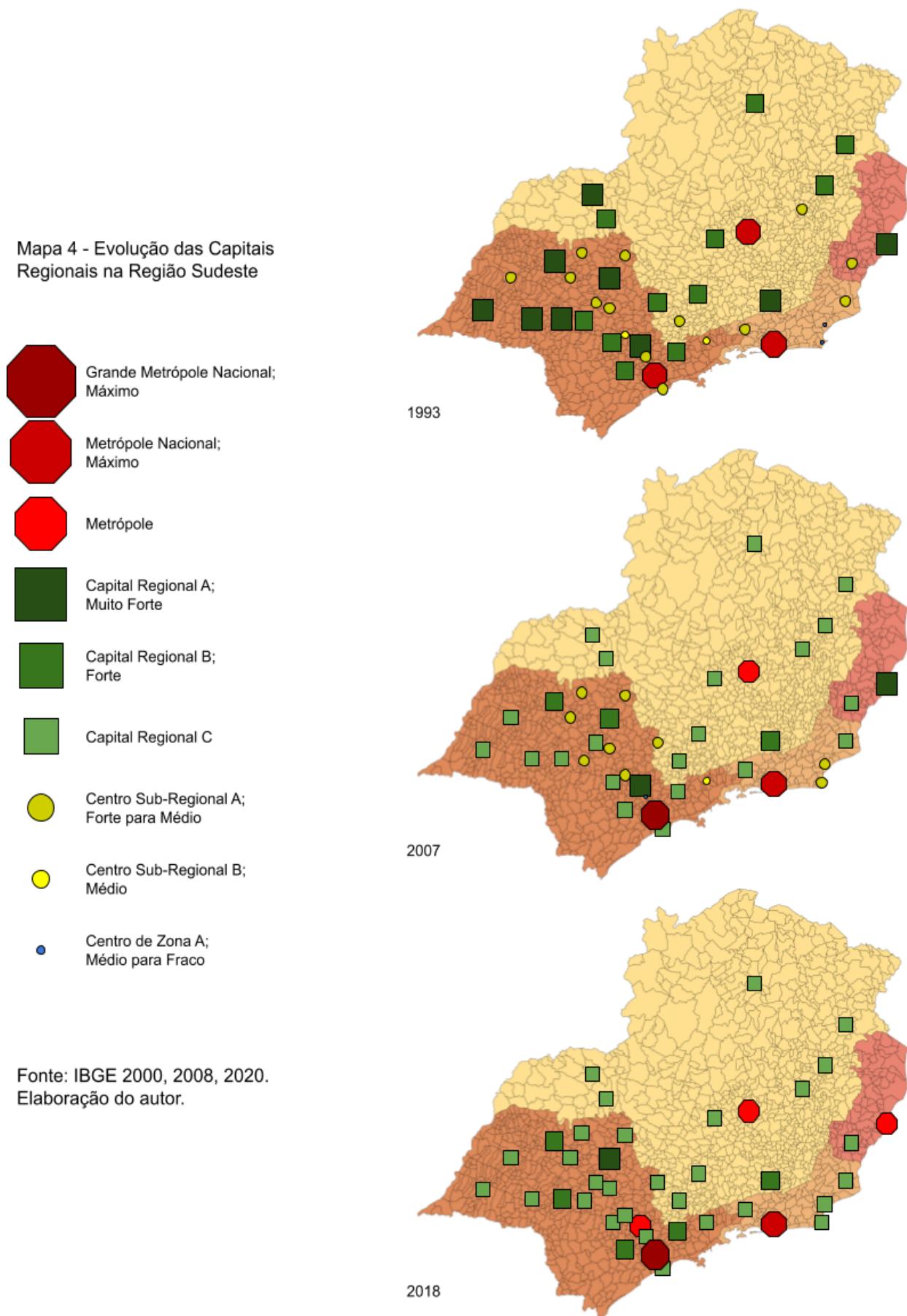
paulista, com 10 cidades subindo na hierarquia e 6 caindo. No Rio de Janeiro, com exceção da própria capital, todas as cidades analisadas ascenderam na hierarquia, formando uma rede de Capitais Regionais C ao longo do interior fluminense. No Espírito Santo, Cachoeiro do Itapemirim passou de Centro Sub-Regional A em 1993 para Capital Regional C, único centro urbano com tal classificação no estado.

Quadro 4 – Região Sudeste: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	19	47,50
Mantiveram-se estáveis	7	17,50
Caíram na hierarquia	14	35,00
TOTAL	40	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

Mapa 4 - Evolução das Capitais Regionais na Região Sudeste



5.1.5. Região Sul

Em 2018 a Região Sul contava com 24 cidades classificadas como metrópoles ou Capitais Regionais. Assim como Vitória (ES), a capital de Santa Catarina, Florianópolis - classificada na REGIC de 1993 como Muito Forte (Capital Regional A) - passou a ser considerada como Metrópole na REGIC de 2018. Dessa forma, todas as capitais estaduais sulistas são atualmente Metrópoles. Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS), assim como as demais Metrópoles, mantiveram-se estáveis no período analisado.

Santa Catarina, apesar de ser o menor estado da região tanto em área como em população⁵, possui 10 Capitais Regionais - uma das maiores concentrações no país - enquanto o Rio Grande do Sul tem 6 e o Paraná tem 5. Portanto, é o estado com a rede urbana mais articulada e descentralizada da região. Além disso, nenhum dos centros urbanos catarinenses analisados teve queda na hierarquia, enquanto no Paraná, 3 das 6 cidades analisadas caíram, no Rio Grande do Sul, 3 das 7 cidades caíram.

No Paraná, as cidades de Londrina e Maringá passaram de Muito Forte (Capital Regional A) para Capital Regional B, em 2018. Entretanto, ainda são, juntamente com Cascavel - também na mesma classificação - as centralidades mais importantes (com exceção de Curitiba) no estado, e exercem grande influência no oeste paranaense. Ao mesmo tempo, Foz do Iguaçu - que integra um Arranjo Populacional Internacional⁶ com Ciudad Del Este, no Paraguai - subiu na hierarquia, passando de Forte para Médio (Centro Sub-Regional A), para Capital Regional C.

No Rio Grande do Sul, as cidades de Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas foram rebaixadas no período, ao mesmo tempo em que Santa Cruz do Sul e Lajeado - relativamente próximas uma da outra - passaram de Centros Sub-Regionais para Capitais Regionais. Além de Porto Alegre, Caxias do Sul se

⁵ Santa Catarina estende-se por 95.730,68 km², enquanto Rio Grande do Sul e Paraná possuem, respectivamente 281.707,15 km² e 199.298,97 km²; Em população Santa Catarina tem, de acordo com as estimativas do IBGE de 2021, 7.338.473 de habitantes, enquanto Paraná e Rio Grande do Sul possuem, respectivamente, 11.597.484 e 11.466.630 habitantes.

⁶ A partir da REGIC de 2018, cidades fronteiriças, normalmente conurbadas com cidades de países vizinhos, passaram a ser tomadas em conjunto - por conta da grande dinâmica de fluxos de bens e serviços entre os centros - e definidas como um Arranjo Populacional Internacional.

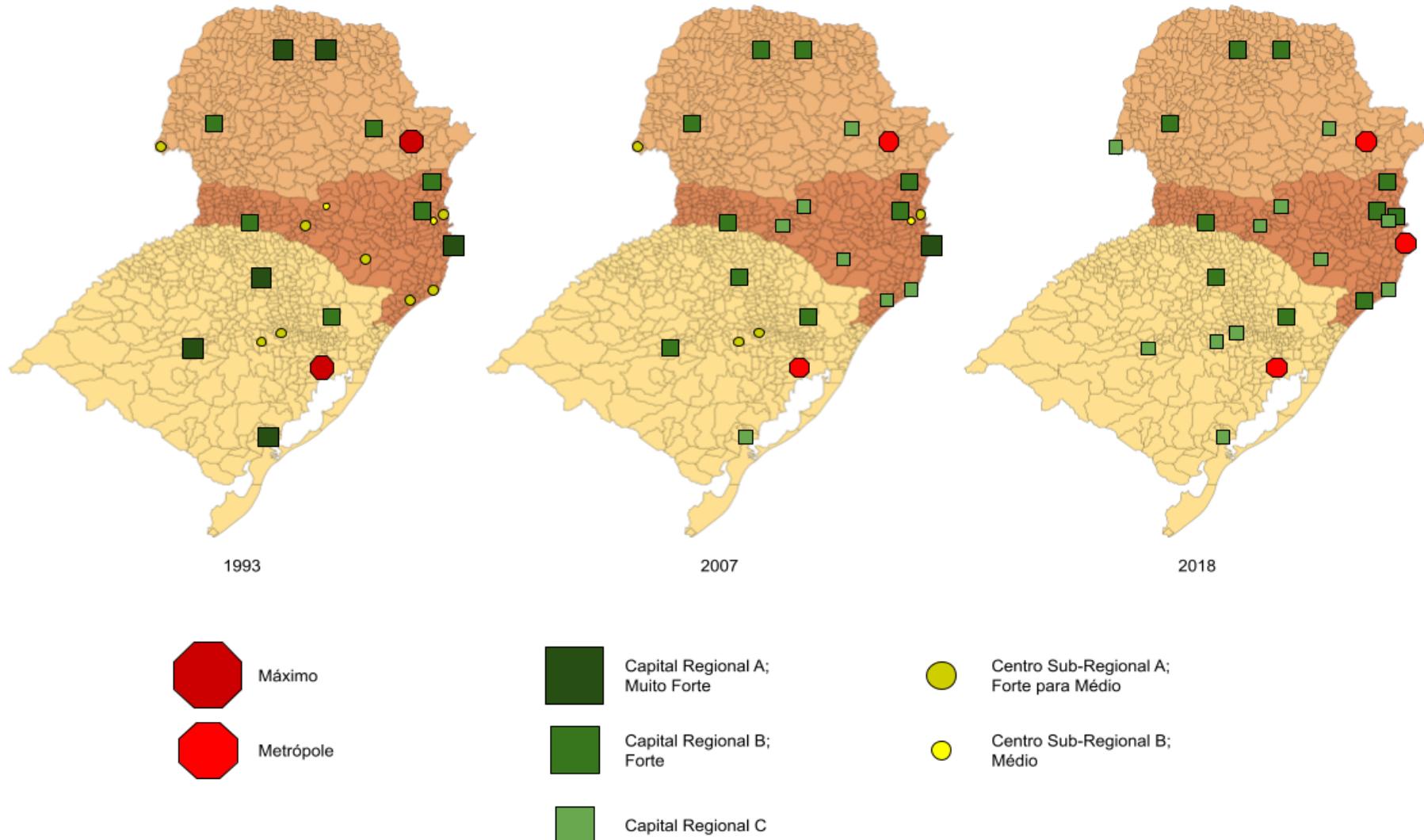
manteve estável e, juntamente com Passo Fundo, são os dois centros urbanos mais importantes do interior do estado.

Quadro 5 – Região Sul: mudanças ocorridas nas classes de cidades “Metrópole” e “Capital Regional” entre 1993 e 2018

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	11	45,83
Mantiveram-se estáveis	7	29,16
Caíram na hierarquia	6	25
TOTAL	24	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

Mapa 5 - Evolução das Capitais Regionais na Região Sul



Fonte: IBGE 2000, 2008, 2020. Elaboração do autor.

5.2. Centros Sub-Regionais

Feitas as análises sobre uma das principais classes de cidades que compõem o que podemos entender como “cidades médias” no território brasileiro, passamos agora à identificação daquelas que na REGIC se deu o nome de “Centros Sub-Regionais”, que, no nosso entendimento, também podem ser consideradas como cidades médias.

Como já mencionado anteriormente, diferentemente da abordagem que fizemos com as Capitais Regionais – quando exibimos a evolução de cada uma delas ao longo das décadas, individualmente (como é possível verificar pelos mapas) -, nesta parte do trabalho tomamos os Centros Sub-Regionais em conjunto, em um só mapa por Região, procurando mostrar apenas se as cidades analisadas subiram na hierarquia, mantiveram-se estáveis, ou caíram de sua classificação “original”. Dessa forma, e devido ao elevado número de cidades analisadas, acreditamos que foi possível ter um melhor entendimento da dinâmica dos Centros Sub-Regionais como um todo.

5.2.1. Região Centro-Oeste

No Centro-Oeste, a tendência se mantém praticamente a mesma das Capitais Regionais: um grande número de centros urbanos subindo na hierarquia. Nesse caso, como indica a tabela, 73,07% das cidades analisadas – de um total de 26 Centros Sub-Regionais – aumentaram sua influência regional.

Goiás possui apenas um Centro Sub-Regional A, o Arranjo Populacional (AP) de Itumbiara, que se manteve estável entre 1993 e 2018. Os 10 restantes são Centros Sub-Regionais B, o maior número em toda a Região. Três cidades se destacaram na rede urbana goiana - Caldas Novas, Goianésia e Urucuá - por conta da grande ascensão hierárquica no período, o trio passou de Fraco (Centro de Zona B) em 1993 para Centro Sub-Regional B em 2018.

Assim como Goiás, o Mato Grosso do Sul possui apenas a cidade de Três Lagoas como Centro Sub-Regional A. Já Corumbá, no oeste do estado, que era classificada como Fraco (Centro de Zona B), ganhou relevância em 2018 e passou

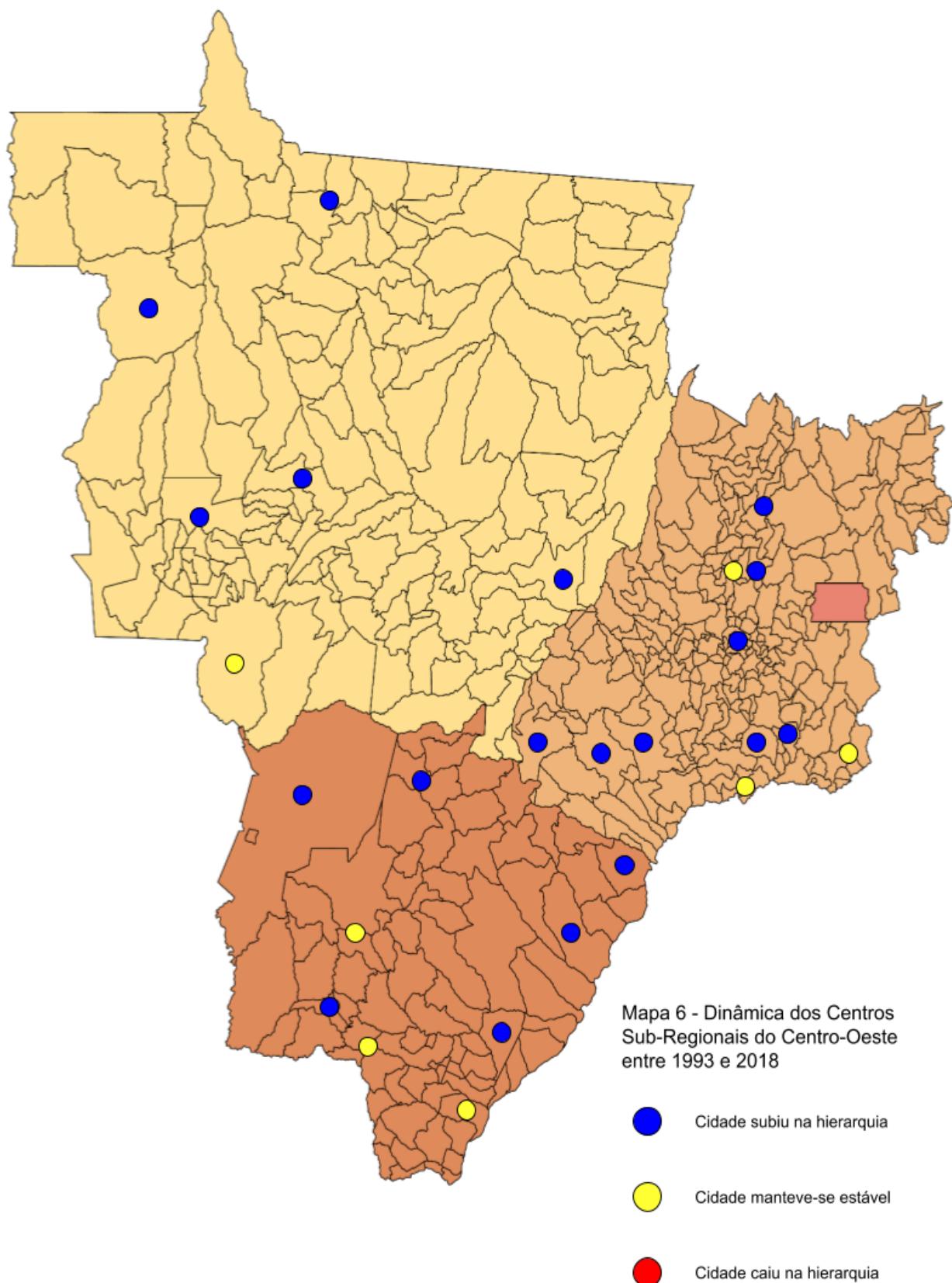
a fazer parte dos Centro Sub-Regionais. Além disso, integra o Arranjo Populacional Internacional de Corumbá, na fronteira com a Bolívia.

Mato Grosso possui a menor rede de Centro Sub Regionais do Centro-Oeste, com apenas seis unidades, ante nove no Mato Grosso do Sul e onze em Goiás; mesmo assim, possui duas cidades na classificação de Centro Sub-Regional A - Barra do Garças e Tangará da Serra - que ascenderam em relação a 1993. Apenas um centro urbano do estado manteve a estabilidade no período, Cáceres, um Centro Sub-Regional B.

Quadro 6 – Região Centro-Oeste: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	19	73,07
Mantiveram-se estáveis	7	26,92
Caíram na hierarquia	0	0
TOTAL	26	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs



Fonte: IBGE 2000, 2008, 2020.
Elaboração do autor.

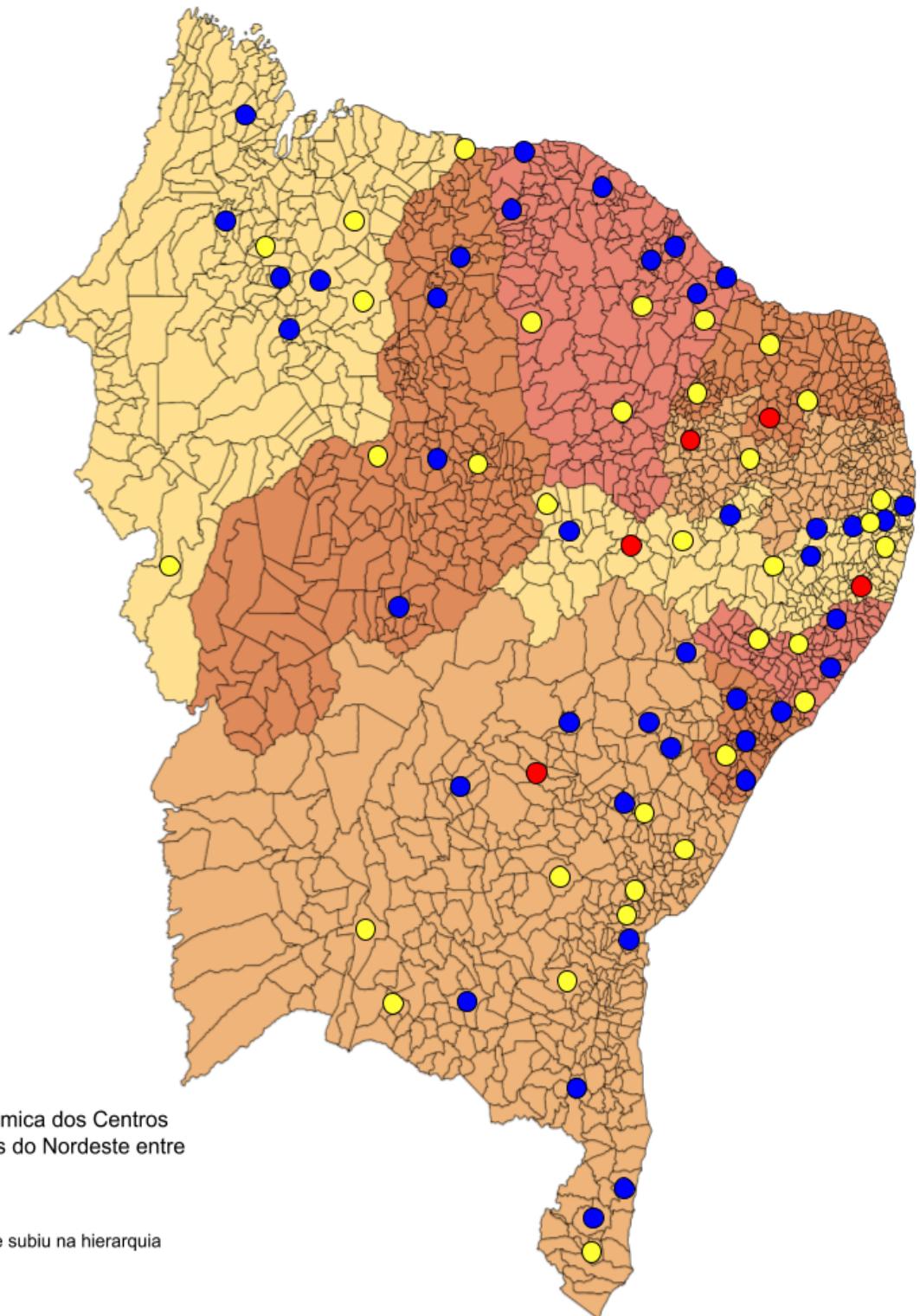
5.2.2. Região Nordeste

O Nordeste possui a segunda maior rede de Centros Sub-Regionais do país, atrás apenas do Sudeste. Entre 1993 e 2018, metade das cidades analisadas ascenderam na hierarquia, enquanto um número reduzido, apenas 6,25%, caíram. A Bahia possui a maior concentração de Centros Sub-Regionais no Nordeste, com 22 cidades, sendo 9 delas Centro Sub-Regionais A. Apenas Alagoas e Rio Grande do Norte não contam com Centro Sub-Regionais A, além disso, nenhum centro urbano no Rio Grande do Norte subiu na classificação entre 1993 e 2018. Entre os quatro analisados, três se mantiveram estáveis e um (Caicó), caiu. Na mesma linha, na Paraíba não houve nenhum crescimento na hierarquia nas duas cidades do estado com classificação de Centro Sub-Regional: Patos, manteve-se estável e Sousa, caiu. Em Pernambuco, estado com mais cidades depois da Bahia, possui dois Centros Sub-Regionais, sendo que um deles, Ouricuri, era classificado como Fraco (Centro de Zona B) em 1993, ou seja, teve elevada ascensão no período.

Quadro 7 – Região Nordeste: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018.

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	40	50
Mantiveram-se estáveis	35	43,75
Caíram na hierarquia	5	6,25
TOTAL	80	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs



Fonte: IBGE 2000, 2008, 2020.
Elaboração do autor.

5.2.3. Região Norte

Na mesma linha das Capitais Regionais, os Centros Sub-Regionais nortistas experimentaram um enorme avanço no período, o maior em todo o país. De fato, 84,61% dos atuais Centro Sub-Regionais – de um total de 26 – ascenderam entre 1993 e 2018. Além disso, nenhuma destas 26 cidades analisadas caiu na hierarquia. O Norte é a região onde a rede urbana de cidades médias mais se complexificou nas últimas décadas. Mesmo assim, nenhuma cidade de Roraima e Amapá foram consideradas Centro Sub-Regionais.

O estado do Pará possui a maior concentração de Centros Sub-Regionais na Região, com 9 das 26 analisadas. Todas elas subiram na hierarquia, com Altamira, Parauapebas e Redenção classificadas como Centros Sub-Regionais A. Assim como no Pará, todos os centros urbanos do Acre e de Rondônia se complexificaram ao longo dos anos. As 4 cidades que se mantiveram estáveis se concentram principalmente no Tocantins, com 3 delas - Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional - , e 1 no Amazonas - Parintins. A única cidade do Tocantins que ascendeu na hierarquia faz parte do Arranjo Populacional de Tocantinópolis (TO) - Porto Franco (MA), compondo, portanto, um arranjo interestadual. No Acre, uma das cidades analisadas faz parte do Arranjo Populacional Internacional de Brasiléia - Cobija, na Bolívia, sendo considerado um Centro Sub-Regional B.

Quadro 8 - Região Norte: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018

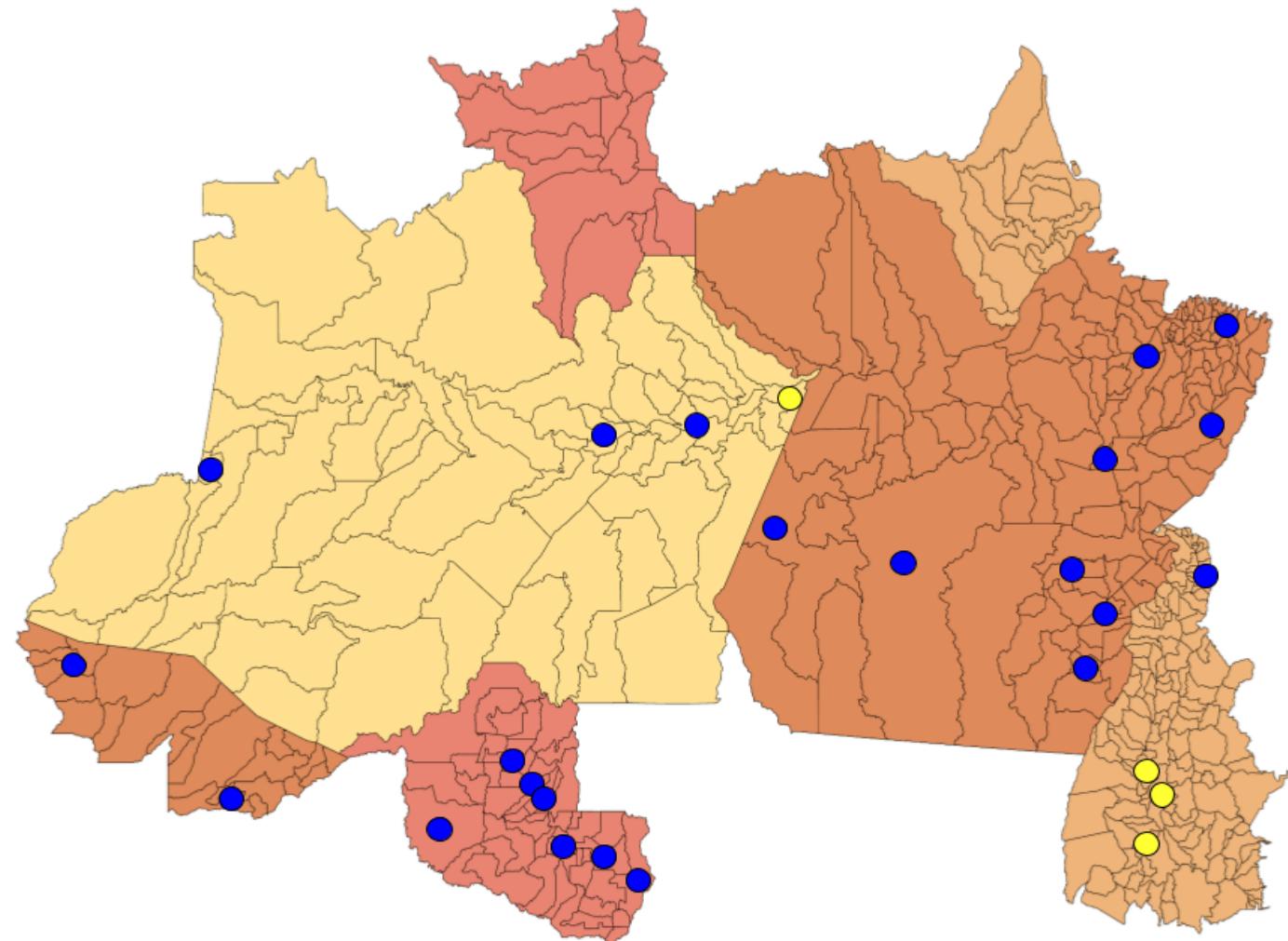
EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	22	84,61
Mantiveram-se estáveis	4	15,38
Caíram na hierarquia	0	0
TOTAL	26	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

Mapa 8 - Dinâmica dos Centros Sub-Regionais do Norte entre 1993 e 2018

- Cidade subiu na hierarquia
- Cidade manteve-se estável
- Cidade caiu na hierarquia

Fonte: IBGE 2000, 2008, 2020.
Elaboração do autor.



5.2.4. Região Sudeste

O Sudeste, naturalmente, possui a mais extensa rede de Centros Sub-Regionais no país, com 103 cidades nessa classificação. Minas Gerais concentra o maior número desses centros urbanos: 47. Além disso, é o único estado da Região onde houve registro de cidades que foram rebaixadas durante o período analisado. Vizinhos, o estado do Rio de Janeiro e o estado de Minas Gerais compartilham um Arranjo Populacional interestadual, o AP de Além Paraíba (MG) - Sapucaia (RJ), classificado como Centro Sub-Regional A.

Em São Paulo, percebe-se uma grande concentração de cidades em ascensão nas proximidades de Campinas e Piracicaba - uma Metrópole e uma Capital Regional C - o que poderia indicar o surgimento de uma rede de cidades médias de menor porte ao redor de centros urbanos maiores, ou mesmo das Metrópoles. Porém, o mesmo não pode ser dito das proximidades da Região Metropolitana de São Paulo, onde se observa um arco de cidades em estabilidade, o que poderia indicar que a extrema polarização da Grande Metrópole Nacional esteja repelindo o surgimento de cidades médias classificadas como Capitais Regionais em seu entorno. Por outro lado, os Centros Sub-Regionais localizados na porção oeste do estado, próximo à divisa com o Paraná, também mantiveram-se estáveis no período.

Ao mesmo tempo, é possível notar uma concentração de Centros Sub-Regionais no “coração” do estado do Rio de Janeiro, no meio do caminho entre a capital Rio de Janeiro, no Sul do estado, e Campos dos Goytacazes, no Norte. Em Minas Gerais uma rede de cidades em ascensão se concentra ao longo do norte do estado e nas proximidades da divisa com Goiás e Bahia, enquanto as cidades que perderam posição relativa se concentram na porção sul do estado.

No Espírito Santo, metade das cidades analisadas mantiveram-se estáveis, enquanto a outra metade ascendeu. Os 4 centros urbanos analisados concentram-se na porção norte do Espírito Santo, afastados da capital Vitória e da cidade de Cachoeiro do Itapemirim, localizada no extremo sul capixaba (a única Capital Regional do estado). Portanto, observa-se que os Centros Sub-Regionais são as principais cidades polarizadoras no norte do estado. É interessante notar

também, a ausência de Centros Sub-Regionais mineiros nas proximidades da porção norte do Espírito Santo. Sendo assim, nos pareceu evidente que o Espírito Santo possui a rede urbana com a menor complexidade da Região Sudeste, o que pode ser justificado, em parte, pelo porte populacional muito reduzido em relação aos demais estados sudestinos.⁷

Quadro 9 - Região Sudeste: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	53	51,45
Mantiveram-se estáveis	45	43,68
Caíram na hierarquia	5	4,85
TOTAL	103	100

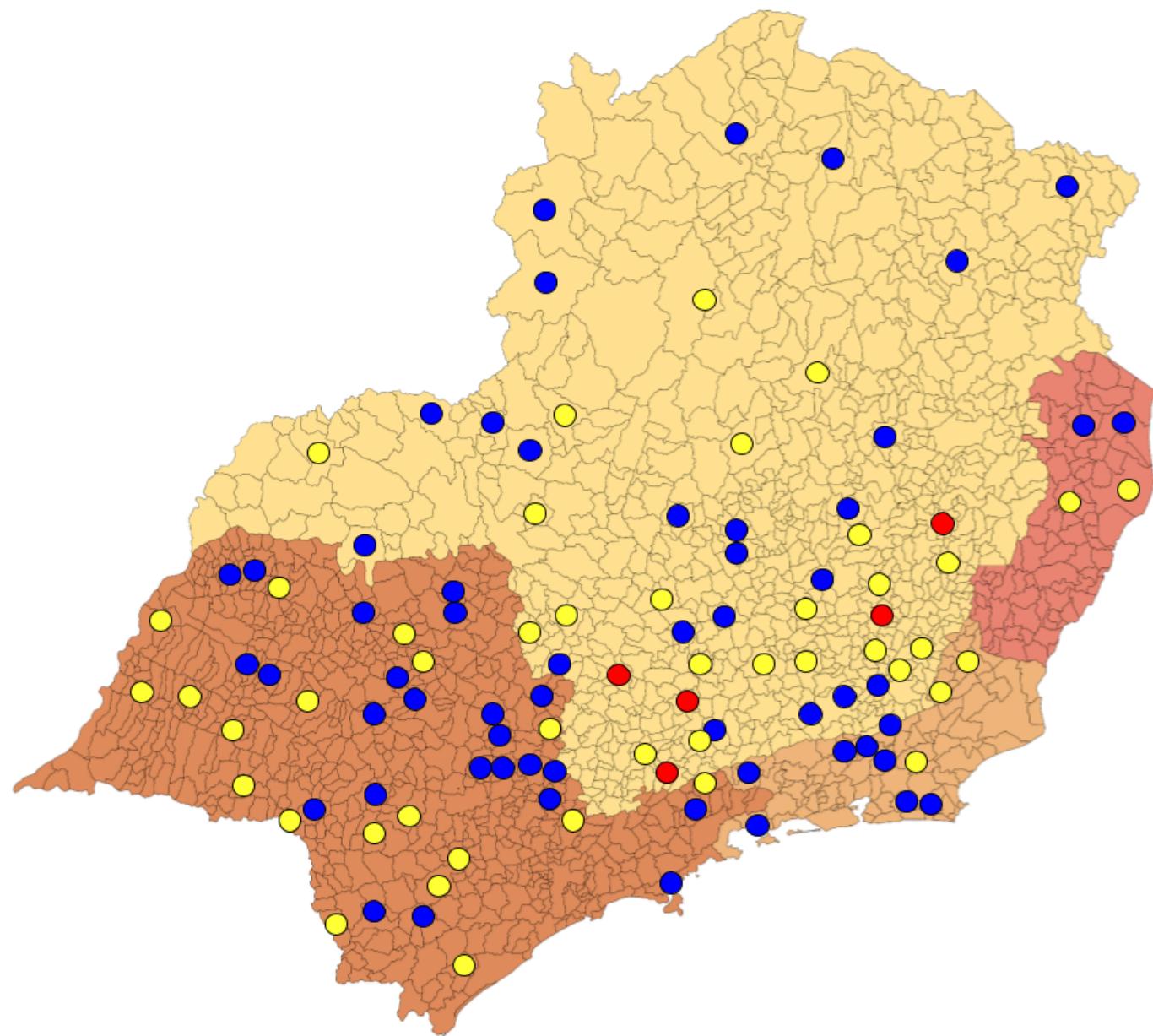
Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

⁷ O estado do Espírito Santo possuía, na estimativa do IBGE de 2021, apenas 4.108.508 de habitantes, enquanto São Paulo possuía 46.649.132, Minas Gerais possuía 21.411.923 e Rio de Janeiro possuía 17.463.349.

Mapa 9 - Dinâmica dos Centros Sub-Regionais do Sudeste entre 1993 e 2018

- Cidade subiu na hierarquia
- Cidade manteve-se estável
- Cidade caiu na hierarquia

Fonte: IBGE 2000, 2008, 2020.
Elaboração do autor.



5.2.5. Região Sul

Diferentemente do que ocorre com as Capitais Regionais, Santa Catarina possui o menor número de Centros Sub-Regionais da Região Sul, concentrando 12 das 70 analisadas. A maior parte delas está concentrada no Rio Grande do Sul, com extensa lista de 34 cidades. A Região possui dois Arranjos Populacionais interestaduais, ambos entre Santa Catarina e Paraná: AP de Mafra (SC) - Rio Negro (PR) e AP União da Vitória (PR) - Porto União (SC). Ambos se mantiveram estáveis no período, sendo o primeiro um Centro Sub-Regional B e o segundo um Centro Sub-Regional A. Ao observar o mapa abaixo, percebe-se um aglomerado de cidades em ascensão ao longo da fronteira do Rio Grande do Sul, o que poderia indicar futuros Arranjos Populacionais Internacionais com a Argentina e Uruguai.

Quadro 10 – Região Sul: mudanças ocorridas na classe “Centros Sub-Regionais” entre 1993 e 2018

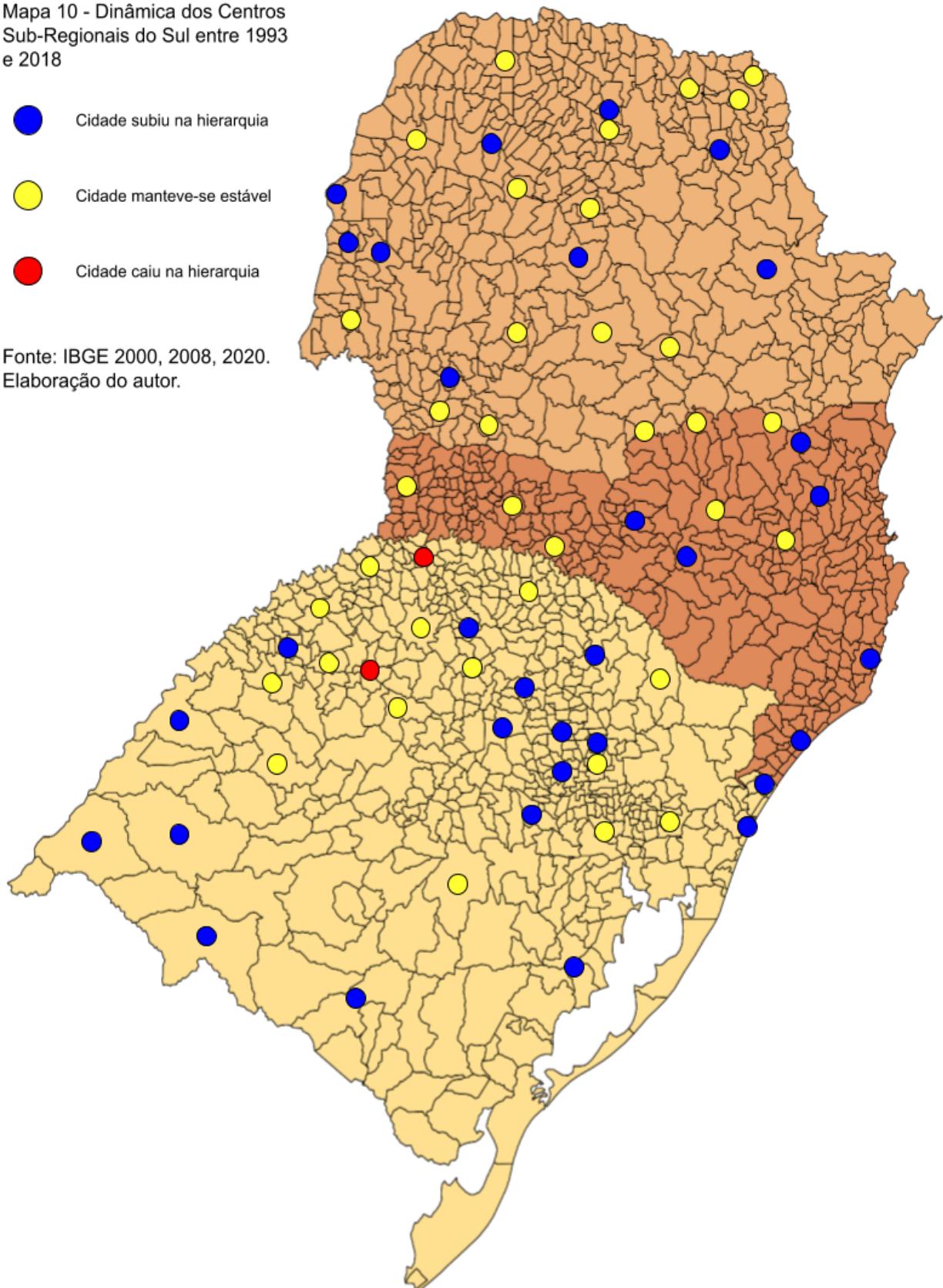
EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	32	45,71
Mantiveram-se estáveis	36	51,42
Caíram na hierarquia	2	2,85
TOTAL	70	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

Mapa 10 - Dinâmica dos Centros Sub-Regionais do Sul entre 1993 e 2018

- Cidade subiu na hierarquia
- Cidade manteve-se estável
- Cidade caiu na hierarquia

Fonte: IBGE 2000, 2008, 2020.
Elaboração do autor.



5.3. Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais no Brasil: uma tentativa de síntese empírica

É possível notar que, tomados como um todo, as atuais Capitais Regionais, bem como os Centros Sub-Regionais, ascenderam na hierarquia urbana entre 1993 e 2018, com mais da metade - 51,85% e 54,42% respectivamente - , ganhando complexidade. É verdade, no entanto, que a dinâmica desses centros urbanos varia de acordo com as diferentes regiões do país.

Como foi visto, Norte e Centro-Oeste são, de longe, as duas regiões onde a imensa maioria das cidades analisadas ascendeu - em ambos os casos, acima dos 70% de seu número de unidades - , o que parece refletir a dinâmica de ocupação e desenvolvimento econômico mais recente de ambas as regiões - especialmente o Centro-Oeste - , ao contrário das outras, historicamente de grande concentração populacional.

No caso das Capitais Regionais, Centro-Oeste e Norte foram as únicas regiões onde a maioria dos centros analisados ganhou maior complexidade, isto é, ascendeu na hierarquia proposta pelas REGICs: 75% e 84,61% unidades “subiram” de posição na classificação, respectivamente. Nas demais regiões, em especial o Nordeste (39,13%), mas também Sul (45,83%) e o Sudeste (47,5%), as ascensões foram inferiores a 50%.

Entre as cidades que se mantiveram estáveis e as que caíram, o padrão se repete, Centro-Oeste e Norte possuem as menores taxas (12,5% e 7,69% respectivamente, caíram; e 7,69% e 12,5% respectivamente, mantiveram-se estáveis). Com exceção do Centro-Oeste e Norte, as regiões com mais cidades que subiram na hierarquia foram o Sul e o Sudeste, possivelmente por conta da desconcentração econômica em direção ao interior dos estados.

Em relação aos Centros Sub-Regionais, temos a região Sul, onde 51,42% das cidades mantiveram-se estáveis no período, é a única região onde a maioria dos centros urbanos não ascendeu na hierarquia. No caso do Sudeste e Nordeste, o número de cidades que aumentaram sua influência de 1993 a 2018 é semelhante, no caso do Nordeste, já que 50% das cidades subiram e no Sudeste, 51,45%. Mesmo assim, percebe-se que são números relativamente próximos aos do Sul.

Quadro 11 - Brasil: mudanças ocorridas nas Capitais Regionais e Metrópoles entre 1993 e 2018

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	56	51,85
Mantiveram-se estáveis	24	22,22
Caíram na hierarquia	28	25,92
TOTAL	108	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

Quadro 12 - Brasil: mudanças ocorridas nos Centros Sub-Regionais entre 1993 e 2018

EVOLUÇÃO	Nº CIDADES	% CIDADES
Subiram na hierarquia	166	54,42
Mantiveram-se estáveis	127	41,63
Caíram na hierarquia	12	3,93
TOTAL	305	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das REGICs

Portanto, é evidente a diferença de comportamento da rede urbana entre as regiões historicamente povoadas (Nordeste, Sudeste e Sul) com as regiões de ocupação mais recente (Centro-Oeste e Norte). Isso se reflete, também, nas cidades que foram rebaixadas na hierarquia: tanto no Centro-Oeste como no Norte nenhuma cidade caiu, ao contrário das demais regiões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado no início de nosso argumento, esta investigação teve um caráter exploratório, e se valeu principalmente da revisão bibliográfica e da pesquisa documental para ser realizada. Intentamos num primeiro momento identificar o que autores importantes da geografia urbana definem como “cidades médias”, para depois buscarmos nas REGICs de 1993, 2007 e 2018 quais delas poderiam ser assim classificadas, e como estas aglomerações evoluíram do ponto de vista quantitativo neste período contemplado.

No contexto da descrição e comparação entre as classificações das cidades que procuramos estabelecer, é interessante pontuar ainda alguns outros “achados” interessantes que descobrimos ao longo do trabalho: as regiões Norte e Sul, apesar de possuírem uma dinâmica muito diferente, são as únicas regiões sem uma Capital Regional A. No caso do Norte, Ji-Paraná (RO) e Castanhal (PA), tinham tal classificação na REGIC de 2007, mas foram rebaixadas para Capital Regional C em 2018. No Sul, a última Capital Regional A que existia passou a ser considerada uma Metrópole na REGIC de 2018; trata-se de Florianópolis, a capital do estado, que até 2007 era a única capital estadual sulista não-metropolitana. Na mesma linha de raciocínio, Vitória, no Espírito Santo, era a única capital estadual do Sudeste não-metropolitana. Fato curioso, especialmente por se tratar da Região com as poderosas metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. No Norte, na REGIC de 1993, Macapá e Boa Vista eram classificadas como centros Médios (Centro Sub-Regional B, a mesma classificação de cidades do interior, como Limeira (SP) e Caçador (SC)). Além disso, Palmas (TO), foi a única capital estadual do país a ser classificada como Médio para Fraco (Centro de Zona A), provavelmente por conta da recém emancipação do estado do Tocantins.

Por fim, como em todo estudo exploratório, é possível elencarmos algumas questões para serem eventualmente melhor trabalhadas em pesquisas futuras. Durante toda a análise das dezenas de Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais apresentadas pelas REGICs, e tendo em vista toda a bibliografia apresentada, percebemos que alguns centros urbanos que seriam considerados como cidades médias talvez não se encaixem de fato nessa definição. Particularmente em relação

às Capitais Regionais, especialmente as A e B, notamos que essas cidades via de regra são grandes centros urbanos, com população elevada e dinamismo econômico muito superior. Além disso, todas as capitais estaduais que não são classificadas como Metrópoles são Capitais Regionais: no Norte, Porto Velho (RO) é uma Capital Regional B, enquanto as outras são C. No Centro-Oeste e no Nordeste, todas as capitais estaduais não-metropolitanas são classificadas como Capitais Regionais A, por exemplo. Já no Sul e Sudeste, todas as capitais são Metrópoles. Portanto, fica o questionamento: uma capital estadual, isto é, um centro de gestão do território, que agrupa grande contingente populacional e complexidade funcional, pode ser considerada como uma cidade média? Ou dito em outros termos: uma cidade demograficamente significativa, perto de ter 1.000.000 de habitantes, pode ser considerada uma cidade média? Na lista das Capitais Regionais A e B, por exemplo, temos cidades como São José dos Campos (737.310 habitantes), Ribeirão Preto/SP (720.116 habitantes), Uberlândia/MG (706.597 habitantes), e Sorocaba/SP (695.328 habitantes), grandes centros urbanos com enorme capacidade de polarização. Nesse sentido, além de analisar a oferta de bens, serviços e infraestrutura, bem como sua posição relativa numa rede urbana - maior ou menor adensamento populacional - também é importante levar os critérios demográficos em consideração. Claramente a variável “população” por si só não se mostra suficiente para a delimitação de uma cidade média, uma vez que um centro urbano pode ser considerado maior ou menor dependendo de onde está localizado: uma aglomeração de 100 mil habitantes localizada no estado de São Paulo possui condições de polarização e área de influência muito diferente de uma aglomeração com o mesmo número de habitantes que esteja localizada no estado de Mato Grosso, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. I. S.; FRANÇA, I. S. **Rede urbana e novas interações espaciais em cidades médias: uma análise acerca do fluxo aéreo no aeroporto Mário Ribeiro em Montes Claros/MG.** In: Ra'eGa, v. 35. Curitiba. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/41591>. Acesso: 10 jan. 2021.
- CONTE, C. H. **Rede urbana: uma breve abordagem teórica.** In: GeoAtos, v. 1, n. 14, p. 76-93, 2014.
- CORRÊA, R. L. **Os estudos de redes urbanas no Brasil.** In: Revista Brasileira de Geografia, v. 29, n. 4, p. 93-116, 1967.
- COSTA, E. M. **Cidades médias, contributos para sua definição.** In: Finisterra, v. 37, n. 74. Lisboa. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1592>. Acessado em: 12 jan. 2021.
- DUARTE, L.; NAVARRO, A.; **As transformações da rede urbana no Estado de São Paulo: uma contribuição à Luz dos resultados do Regic 2007.** In: Boletim Regional, Urbano e Ambiental. n. 3. Brasília. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1574. Acessado em: 05 ago. 2021.
- FILHO, O. A.; SERRA, R. V. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional.** IPEA, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9872>. Acessado em: 12 jan. 2021.
- FRESCA, T. M. **Uma discussão sobre o conceito de metrópole.** In: Revista ANPEGE, v. 7, n. 8, p. 31-52, 2011.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 1993.** IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007.** IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2018.** IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IPEA. **Rede urbana brasileira como agenda de pesquisa no Ipea. Retrospecto e perspectivas. Relatório de pesquisa.** Brasília. 2016.

- LENCIONI, S. **A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas.** Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 120, p.133-148: jan/jun 2011. www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense.
- LENCIONI, Sandra. **Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo.**São Paulo: Revista de Geografia Norte Grande, 39,p. 7-20, 2008
- LENCIONI, S. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo - Rio de Janeiro.** Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, v. 6, n. 22, p. 6-15, 2015.
- LENCIONI, S. **Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais.** Revista do Depto. de Geografia, São Paulo, n. 12, p. 27-42. 1998
- FALCÓN, M. **A rede de cidades e o ordenamento territorial.** In: BNDES: Textos para discussão, n. 111. 2015.
- MOURA, R.; FERREIRA, G. **Ensaios operacionais para a identificação de cidades médias.** In: Texto para Discussão, n. 2649. IPEA, 2021.
- MOURA, R.; NAGAMINE, L.; FERREIRA, G.; **Regic: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018.** In: Texto para Discussão, n. 2666. IPEA, 2021.
- ROCHEFORT, M. **Métodos de Estudo das Redes Urbanas.** In: Boletim Geográfico, v. 19, n. 160. Rio de Janeiro. 1961. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=719&view=detalhes>. Acessado em: 05/08/2021
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** Editora Hucitec. São Paulo. 1993.
- SPOSITO, M. E. B. **Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização.** In: Geografia, v. 35, n. 1. Rio Claro. 2010. Disponível em:<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4817>. Acesso: 12 jan. 2021.
- VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M.; MIYAZAKI, V. K. **Cidades médias e pequenas: uma leitura Geográfica.** In: Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 29. Presidente Prudente. 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/issue/view/432> . Acesso: 9 jan. 2021

ANEXOS

Anexo 1 – Centro-Oeste: Evolução das Capitais Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
DF	AP Brasília	Muito forte	Metrópole Nacional	Metrópole Nacional
GO	AP Goiânia	Máximo	Metrópole	Metrópole
MS	Campo Grande	Forte	Capital Regional A	Capital Regional A
MT	AP Cuiabá	Forte	Capital Regional A	Capital Regional A
GO	Anápolis	Forte	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
MS	Dourados	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
MT	Rondonópolis	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
MT	Sinop	Médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor

Anexo 2 – Nordeste: Evolução das Capitais Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
BA	AP Salvador	Máximo	Metrópole	Metrópole
CE	AP Fortaleza	Máximo	Metrópole	Metrópole
PE	AP do Recife	Máximo	Metrópole	Metrópole
AL	AP Maceió	Forte	Capital Regional A	Capital Regional A
MA	AP São Luís	Muito forte	Capital Regional A	Capital Regional A
PB	AP João Pessoa	Muito forte	Capital Regional A	Capital Regional A
PI	AP Teresina	Muito forte	Capital Regional A	Capital Regional A
RN	AP Natal	Forte	Capital Regional A	Capital Regional A
SE	AP Aracaju	Forte	Capital Regional A	Capital Regional A
BA	Feira de Santana	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional B
BA	Vitória da Conquista	Forte	Capital Regional B	Capital Regional B
CE	AP Juazeiro do Norte	Forte	Capital Regional C	Capital Regional B
PE	Caruaru	Muito forte	Capital Regional C	Capital Regional B
AL	Arapiraca	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
BA	Ilhéus	Forte para médio	Capital Regional B	Capital Regional C
BA	Barreiras	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
BA	Eunápolis	Médio	Centro Sub-Regional B	Capital Regional C
CE	AP Sobral	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
MA	AP Imperatriz	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
PB	AP Campina Grande	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional C
PE	AP Petrolina/Juazeiro	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
PE	Garanhuns	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
RN	Mossoró	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor

Anexo 3 – Norte: Evolução das Capitais Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
AM	Manaus	Muito forte	Metrópole	Metrópole
PA	AP Belém	Muito forte	Metrópole	Metrópole
RO	AP Porto Velho	Forte	Capital Regional B	Capital Regional B
TO	Palmas	Médio para fraco	Capital Regional B	Capital Regional B
AC	Rio Branco	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
AP	AP Macapá	Médio	Capital Regional C	Capital Regional C
PA	Marabá	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
PA	Santarém	Médio	Capital Regional C	Capital Regional C
PA	Castanhal	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
RO	Ji-Paraná	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
RO	Cacoal	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Capital Regional C
RR	Boa Vista	Médio	Capital Regional C	Capital Regional C
TO	Araguaína	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor

Anexo 4 - Sudeste: Evolução das Capitais Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
SP	AP São Paulo	Máximo	Grande Metrópole Nacional	Grande Metrópole Nacional
RJ	AP do Rio de Janeiro	Máximo	Metrópole Nacional	Metrópole Nacional
MG	AP Belo Horizonte	Máximo	Metrópole	Metrópole
SP	AP Campinas	Muito forte	Capital Regional A	Metrópole
ES	AP Vitória	Muito forte	Capital Regional A	Metrópole
SP	AP Ribeirão Preto	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional A
MG	Uberlândia	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional B
MG	AP Juiz de Fora	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional B
MG	Montes Claros	Forte	Capital Regional B	Capital Regional B
SP	AP São José dos Campos	Forte	Capital Regional C	Capital Regional B
SP	AP Sorocaba	Forte	Capital Regional C	Capital Regional B
SP	AP São José do Rio Preto	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional B
SP	AP Bauru	Muito forte	Capital Regional C	Capital Regional B
MG	AP Ipatinga	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
MG	Uberaba	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
MG	Pouso Alegre	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
MG	Poços de Caldas	Forte	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
MG	Governador Valadares	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
MG	Divinópolis	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
MG	Varginha	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
MG	Teófilo Otoni	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
RJ	AP Macaé/Rio das Ostras	Médio para fraco	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
RJ	AP Campos dos Goytacazes	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
RJ	AP Volta Redonda/Barra Mansa	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
RJ	AP Cabo Frio	Médio para fraco	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SP	AP Jundiaí	Forte para médio	Centro de Zona A	Capital Regional C
SP	AP da Baixada Santista	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
SP	AP Piracicaba	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
SP	AP Limeira	Médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SP	AP Franca	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SP	AP Araraquara	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
SP	AP São Carlos	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SP	AP Presidente Prudente	Muito forte	Capital Regional C	Capital Regional C
SP	AP Marília	Muito forte	Capital Regional C	Capital Regional C
SP	Araçatuba	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C
SP	AP Guaratinguetá	Médio	Centro Sub-Regional B	Capital Regional C
SP	AP Catanduva	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SP	Barretos	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SP	Jaú	Forte	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
ES	Cachoeiro de Itapemirim	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional C

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor

Anexo 5 - Sul: Evolução das Capitais Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
PR	AP Curitiba	Máximo	Metrópole	Metrópole
RS	AP Porto Alegre	Máximo	Metrópole	Metrópole
SC	AP Florianópolis	Muito forte	Capital Regional A	Metrópole
PR	AP Londrina	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional B
PR	AP Maringá	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional B
PR	AP Cascavel	Forte	Capital Regional B	Capital Regional B
RS	AP Caxias do Sul	Forte	Capital Regional B	Capital Regional B
RS	Passo Fundo	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional B
SC	AP Itajaí/Balneário Camboriú	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional B
SC	AP Joinville	Forte	Capital Regional B	Capital Regional B
SC	AP Blumenau	Forte	Capital Regional B	Capital Regional B
SC	AP Criciúma	Forte para médio	Capital Regional C	Capital Regional B
SC	AP Chapecó	Forte	Capital Regional B	Capital Regional B
PR	AP Ponta Grossa	Forte	Capital Regional C	Capital Regional C
PR	AP Int. Foz do Iguaçu/Ciudad del Este	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
RS	AP Santa Cruz do Sul	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
RS	AP Pelotas	Muito forte	Capital Regional C	Capital Regional C
RS	AP Santa Maria	Muito forte	Capital Regional B	Capital Regional C
RS	AP Lajeado	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SC	AP Brusque	Médio	Centro Sub-Regional B	Capital Regional C
SC	AP Tubarão/Laguna	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SC	Lages	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SC	Caçador	Médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C
SC	AP Joaçaba/Herval d'Oeste	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Capital Regional C

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor

Anexo 6 – Centro-Oeste: Evolução dos Centro Sub-Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
GO	AP Itumbiara	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
GO	AP Caldas Novas	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
GO	AP Goianésia	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
GO	Uruaçu	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
GO	AP Catalão	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
GO	AP Ceres/Rialma	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
GO	Rio Verde	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
GO	Inhumas	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
GO	Jataí	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
GO	Mineiros	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
GO	Morrinhos	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MS	AP Int. Corumbá	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MS	Coxim	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
MS	AP Aquidauana/Anastácio	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MS	Naviraí	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MS	Ponta Porã	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MS	Três Lagoas	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
MS	AP Jardim	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
MS	Nova Andradina	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MS	Paranaíba	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
MT	Juína	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MT	AP Barra do Garças	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MT	Cáceres	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B
MT	Tangará da Serra	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
MT	Alta Floresta	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MT	Diamantino	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor

Anexo 7 – Nordeste: Evolução dos Centro Sub-Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
AL	São Miguel dos Campos	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
AL	AP Penedo	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
AL	Palmeira dos Índios	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
AL	Santana do Ipanema	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
AL	União dos Palmares	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
BA	Alagoinhas	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
BA	Jequié	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
BA	Teixeira de Freitas	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
BA	Santo Antônio de Jesus	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
BA	Guanambi	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
BA	Jacobina	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B
BA	Porto Seguro	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
BA	Euclides da Cunha	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
BA	Paulo Afonso	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
BA	Irecê	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
BA	Senhor do Bonfim	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
BA	Cruz das Almas	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
BA	Bom Jesus da Lapa	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
BA	Serrinha	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
BA	Itaberaba	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
BA	Ipiaú	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
BA	Valença	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
BA	Brumado	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
BA	Itapetinga	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
BA	Itamaraju	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
BA	Conceição do Coité	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
BA	Ribeira do Pombal	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
CE	Iguatu	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
CE	Aracati	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
CE	Pacajus	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
CE	Russas	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
CE	Camocim	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
CE	Quixadá	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B
CE	Limoeiro do Norte	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
CE	Crateús	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B
CE	Itapioca	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
CE	Tianguá	Médio para fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
CE	Baturité	Médio para fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
MA	Caxias	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MA	Bacabal	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MA	Codó	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MA	Santa Inês	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MA	Balsas	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
MA	Chapadinha	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B

Anexo 7 – Nordeste: Evolução dos Centro Sub-Regionais (continuação)

MA	Pinheiro	Médio para fraco	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B
MA	AP Pedreiras	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
MA	Presidente Dutra	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PB	AP Patos	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PB	Sousa	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B
PE	Serra Talhada	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PE	Arcoverde	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
PE	Palmares	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PE	Salgueiro	Forte para médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PE	Ouricuri	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
PE	Belo Jardim	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PE	Santa Cruz do Capibaribe	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
PE	Vitória de Santo Antão	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PE	AP Arariipa	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PE	Limoeiro	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PE	Timbaúba	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PE	Goiânia	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PE	Carpina	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PE	Surubim	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PE	Afogados da Ingazeira	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PI	Parnaíba	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PI	AP Picos	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PI	AP Floriano	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PI	Oeiras	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PI	Piripiri	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PI	Campo Maior	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PI	São Raimundo Nonato	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
RN	Caicó	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B
RN	Açu	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
RN	Currais Novos	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
RN	Pau dos Ferros	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B
SE	Nossa Senhora da Glória	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SE	Itabaiana	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
SE	Lagarto	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SE	Estância	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SE	AP Propriá	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor.

Anexo 8 – Norte: Evolução dos Centro Sub-Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
AC	AP Int. Brasiléia/Cobija	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
AC	Cruzeiro do Sul	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
AM	Manacapuru	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
AM	Parintins	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
AM	Itacoatiara	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
AM	Tabatinga	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PA	Parauapebas	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
PA	Itaituba	Fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PA	Paragominas	Fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PA	Altamira	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
PA	Redenção	Médio para fraco	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PA	Abaetetuba	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PA	Capanema	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PA	Tucuruí	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PA	Xinguara	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
RO	Ariquemes	Fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
RO	Guajará-Mirim	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
RO	Jaru	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RO	Ouro Preto do Oeste	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
RO	Pimenta Bueno	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
RO	Vilhena	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
RO	Rolim de Moura	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
TO	Gurupi	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
TO	Paraíso do Tocantins	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
TO	Porto Nacional	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
TO/MA	AP Tocantinópolis/Porto Franco	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor

Anexo 9 – Sudeste: Evolução dos Centro Sub-Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
ES	Linhares	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
ES	Colatina	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
ES	São Mateus	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
ES	Nova Venécia	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Alfenas	Forte	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MG	AP Viçosa	Forte	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
MG	Patos de Minas	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MG	AP Ubá	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MG	AP Barbacena	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MG	AP Lavras	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MG	AP Passos	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MG	AP São João del Rei	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
MG	Manhuaçu	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MG	Muriaé	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
MG	AP São Lourenço	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
MG	AP Itajubá	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
MG	Três Corações	Forte para médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Caratinga	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
MG	Paracatu	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
MG	Unaí	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Guaxupé	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Frutal	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Araçuaí	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG/RJ	AP Além Paraíba/Sapucaia	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
MG	AP Conselheiro Lafaiete	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
MG	AP Araxá	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Ituiutaba	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
MG	AP João Monlevade	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	AP Pirapora/Buritizeiro	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Santa Rita do Sapucaí	Médio	Centro Local	Centro Sub-Regional B
MG	São Sebastião do Paraíso	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	AP Ponte Nova	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B
MG	Cataguases	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
MG	Formiga	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	AP Curvelo	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Diamantina	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Araguari	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
MG	Itabira	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	AP Itaúna	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
MG	Ouro Preto	Médio para fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
MG	Patrocínio	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B

Anexo 9 – Sudeste: Evolução dos Centro Sub-Regionais (continuação)

MG	Pará de Minas	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Bom Despacho	Médio para fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
MG	AP Janaúba	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
MG	Monte Carmelo	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
MG	Campo Belo	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Oliveira	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
MG	Januária	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Guanhães	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	AP Caxambu/Baependi	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
MG	Almenara	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RJ	Nova Friburgo	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
RJ	Itaperuna	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
RJ	Angra dos Reis	Fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
RJ	AP Resende	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
RJ	AP Santo Antônio de Pádua	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RJ	Teresópolis	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
RJ	AP Três Rios/Paraíba do Sul	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RJ	AP Araruama	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
RJ	Rio Bonito	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
SP	Bragança Paulista	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
SP	Botucatu	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
SP	AP Itapetininga	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
SP	AP São João da Boa Vista	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
SP	AP Ourinhos	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
SP	Assis	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
SP	AP Mogi Guaçu/Mogi Mirim	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
SP	AP Caraguatatuba/Ubatuba/São Sebastião	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
SP	AP Matão	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
SP	Itapira	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
SP	Lençóis Paulista	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
SP	Olímpia	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	Porto Ferreira	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
SP	Taquaritinga	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
SP	Ibitinga	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
SP	AP Capão Bonito	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
SP	AP Rio Claro	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
SP	Itapeva	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
SP	AP Fernandópolis	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
SP	Lins	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	Tatuí	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	AP Votuporanga	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B

Anexo 9 – Sudeste: Evolução dos Centro Sub-Regionais (continuação)

SP	Bebedouro	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	Andradina	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
SP	Jaboticabal	Médio	Centro Local	Centro Sub-Regional B
SP	Avaré	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
SP	AP Tupã	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	AP Cruzeiro	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	Registro	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
SP	AP Adamantina/Lucélia	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	Dracena	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	Itararé	Médio	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
SP	Araras	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
SP	AP Lorena	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional A
SP	AP Birigui	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	AP Amparo	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	Pirassununga	Médio para fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
SP	São José do Rio Pardo	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	Penápolis	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SP	Orlândia	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
SP	São Joaquim da Barra	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
SP	AP Jales	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor

Anexo 10 – Sul: Evolução dos Centro Sub-Regionais

UF	CIDADE	1993	2007	2018
PR	Guarapuava	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PR	AP Pato Branco	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PR	Campo Mourão	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PR	AP Umuarama	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PR	Apucarana	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PR	Francisco Beltrão	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PR	AP Paranavaí	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PR/SC	AP União da Vitória/Porto União	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
PR	Castro	Fraco	Centro Local	Centro Sub-Regional B
PR	AP Toledo	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
PR	Arapongas	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional A
PR	CiaNorte	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
PR	Medianeira	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PR	Iratí	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PR	Cornélio Procópio	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PR	Jacarezinho	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PR	Santo Antônio da Platina	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PR	Ivaiporã	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
PR	Laranjeiras do Sul	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PR	Marechal Cândido Rondon	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PR	Dois Vizinhos	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
PR	Guaíra	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
PR	Pitanga	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
PR	Ibaiti	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Ijuí	Forte	Capital Regional C	Centro Sub-Regional A
RS	AP Bento Gonçalves	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
RS	Erechim	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
RS	Cruz Alta	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
RS	Carazinho	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
RS	Santa Rosa	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
RS	AP Santo Ângelo	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
RS	Frederico Westphalen	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
RS	AP Venâncio Aires	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	AP Capão da Canoa	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
RS	Alegrete	Fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
RS	São Borja	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Sarandi	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	AP Bagé	Médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
RS	AP Taquara/Parobé/Igrejinha	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Montenegro	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Cachoeira do Sul	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Vacaria	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Palmeira das Missões	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Santiago	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B

Anexo 10 – Sul: Evolução dos Centro Sub-Regionais (continuação)

RS	São Luiz Gonzaga	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Três de Maio	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Três Passos	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Uruguaiana	Médio para fraco	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
RS	Sant'Ana do Livramento	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
RS	Camaquã	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Marau	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	AP Veranópolis	Médio para fraco	Centro de Zona B	Centro Sub-Regional B
RS	AP Torres	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	AP Lagoa Vermelha	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Guaporé	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Encantado	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	Soledade	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
RS	AP Cerro Largo	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SC	AP Rio do Sul	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
SC	São Miguel do Oeste	Forte para médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
SC	AP Imbituba	Fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SC	AP Araranguá	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
SC	Concórdia	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
SC/PR	AP Mafra/Rio Negro	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
SC	AP Canoinhas	Médio	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SC	Xanxerê	Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
SC	Videira	Médio para fraco	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional A
SC	AP São Bento do Sul/Rio Negrinho	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SC	Timbó	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B
SC	Curitibanos	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro Sub-Regional B

Fonte: IBGE (2000); IBGE (2008); IBGE (2020). Elaboração do autor